



MUSAMI
OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE E.I.M. S.A.

RELATÓRIO INTEGRADO

2025

Geramos valor para a natureza

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3	4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	45
1. A MUSAMI	7	4.1. Investimento.....	47
1.1. Enquadramento da organização	8	4.2. Rendimentos e gastos.....	47
1.2. Missão, visão e política	9	4.3. Tesouraria	49
1.3. Cadeia de valor	11	4.4. Resultados	50
1.4. Órgãos sociais e de gestão	13	5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	51
1.5. Estrutura interna	14	6. I&D E INOVAÇÃO	53
1.6. Gestão do capital humano	15	7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO	55
1.7. Regulamentos e códigos	16	8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57
1.8. Certificação	16	9. ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
1.9. Principais acontecimentos.....	16	10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	84
2. ATIVIDADE DA EMPRESA	17		
2.1. Enquadramento macroeconómico	18		
2.2. Enquadramento ambiental	18		
2.3. Atividade operacional.....	23		
2.4. Gestão do risco	25		
3. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE	27		
3.1. Partes interessadas.....	29		
3.2. Materialidade.....	31		
3.3. Desempenho organizacional.....	35		
3.3.1. Ambiente.....	42		
3.3.2. Social.....	43		
3.3.3. Governança.....	44		



A MENSAGEM

Em 2025, a **MUSAMI** geriu mais de 102 mil toneladas de resíduos na Ilha de São Miguel. Este número traduz a dimensão de um **serviço público essencial para a saúde pública, para a qualidade ambiental e para o funcionamento do território**. Hoje, a gestão de resíduos não é apenas uma função operacional, é uma infraestrutura crítica de sustentabilidade e de resiliência territorial.

O ano de 2025 marcou a entrada em funcionamento da Central de Valorização Energética, a consolidação das restantes unidades do sistema integrado e o reforço da valorização material, orgânica e energética, confirmando que **São Miguel dispõe de um sistema de gestão de resíduos mais robusto, mais moderno e mais alinhado com os objetivos europeus da economia circular**.

Este resultado não surgiu por acaso. É o produto de um caminho longo, construído pelos municípios da ilha, por sucessivos Conselhos de Administração, pelos trabalhadores da **MUSAMI** e por todos aqueles que, ao longo dos anos, ajudaram a transformar uma visão estratégica numa realidade operacional. **A cooperação intermunicipal continua a ser um dos maiores fatores de força deste projeto** coletivo.

Mas importa ser claro: **2025** não foi um ponto de chegada. Foi o **início de uma nova fase. Uma fase de consolidação**, de aprendizagem tecnológica e de melhoria contínua. A entrada em exploração da Central de Valorização Energética, com ganhos ambientais evidentes, trouxe também maiores exigências operacionais, custos associados ao investimento realizado e a necessidade de otimizar continuamente o desempenho do sistema. É o efeito natural de quem investe em soluções estruturais e de longo prazo.

Num território insular como os Açores, esta transformação tem um significado ainda maior. A limitação de espaço disponível, os custos logísticos elevados e a dependência energética estrutural tornam a **valorização de recursos uma necessidade estratégica**. Ao recuperar materiais, valorizar biorresíduos, captar biogás e produzir energia a partir de resíduos não recicláveis, a **MUSAMI** contribui para reduzir a pressão sobre o aterro, evitar emissões e reforçar a sustentabilidade ambiental e energética da ilha. A economia circular, neste contexto, não é apenas um conceito – é uma resposta concreta às limitações do território.

Mas o desafio que temos pela frente é claro.

As metas europeias de preparação para reutilização e reciclagem tornam-se cada vez mais exigentes e obrigam a uma transformação profunda na forma como produzimos, separamos e valorizamos os resíduos. O sistema da **MUSAMI criou condições tecnológicas para responder a esses objetivos**.

Mas a concretização dessas metas depende, cada vez mais, da participação ativa de todos: municípios, empresas e cidadãos.

A separação na origem e o aumento da recolha seletiva continuarão a ser determinantes para melhorar o desempenho global do sistema.

Neste contexto, a gestão de resíduos cruza-se hoje com alguns dos grandes desafios do nosso tempo: a descarbonização da economia, a transição energética e a construção de territórios mais resilientes. **Cada tonelada de resíduos desviada de aterro representa emissões evitadas, recursos recuperados e maior eficiência na utilização de matérias-primas e energia**.

Ao mesmo tempo, a **MUSAMI** continuou a reforçar a sua dimensão organizacional. Em 2025, a empresa contava com 189 trabalhadores, reforçou significativamente o investimento em formação e manteve as certificações do seu sistema de gestão integrado. Uma referência clara de reconhecimento a todos os trabalhadores da **MUSAMI**, pois **nenhuma transformação tecnológica é sustentável sem pessoas qualificadas, motivadas e comprometidas** com o serviço que desempenham. São eles que garantem, todos os dias, a operação de um sistema complexo e exigente. **O seu profissionalismo e dedicação são um dos principais ativos da empresa**.

Uma palavra igualmente importante para os municípios da Ilha de São Miguel, acionistas da empresa e parceiros fundamentais deste percurso. A experiência da **MUSAMI** demonstra que, quando existe cooperação institucional e visão estratégica partilhada, é possível construir soluções públicas robustas, tecnicamente exigentes e ambientalmente responsáveis.

O Relatório Integrado que agora se apresenta é mais do que um documento de prestação de contas. Reflete o caminho percorrido, os investimentos realizados e os desafios que ainda temos pela frente.

A **MUSAMI** entrou numa nova etapa. Uma etapa mais exigente, mais tecnológica e mais estratégica. Uma etapa em que será necessário **consolidar resultados, aumentar a preparação para reutilização e reciclagem e continuar a transformar resíduos em recursos, energia e valor para a Ilha de São Miguel**.

Esse é o compromisso que assumimos.

NELSON SANTOS

Presidente do Conselho de Administração

INDICADORES OPERACIONAIS

ABRANGÊNCIA



Tratamento de resíduos de 6 Municípios

744.6 Km² Área total

População atendida 133 mil habitantes

GESTÃO DE RESÍDUOS



Resíduos recebidos 102 625 TON.

Representamos cerca de 76% dos resíduos da RAA (2024)



Média de 702 Kg/Hab. (acima da média nacional de 2024)

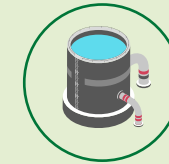


2 033 MWh gerados por BIOGÁS



ENERGIA

106% de satisfação energética



GESTÃO DE ÁGUAS

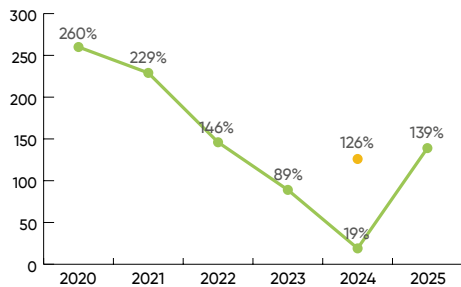
Tratamos 18 746 m³ de águas lixivantes por osmose inversa



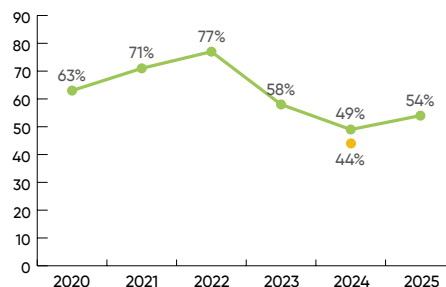
CERTIFICAÇÕES

ISO 9001
ISO 14001
ISO 45001
ISO 50001

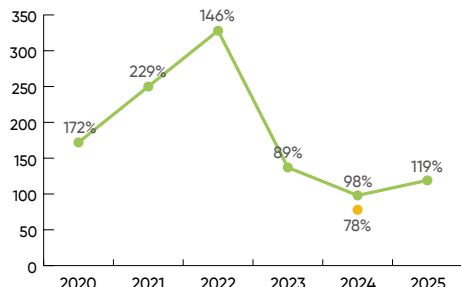
O NOSSO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO



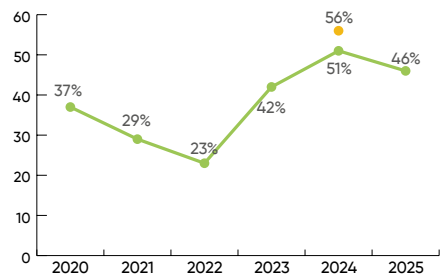
Setor (2024)
Liquidez Geral



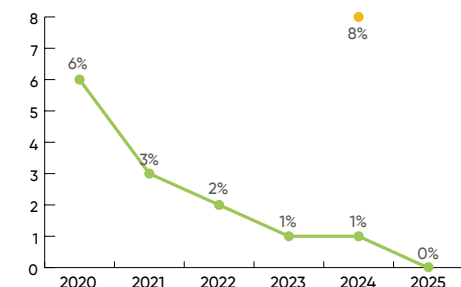
Setor (2024)
Autonomia Financeira



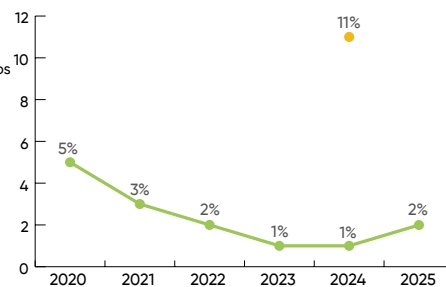
Setor (2024)
Solvabilidade



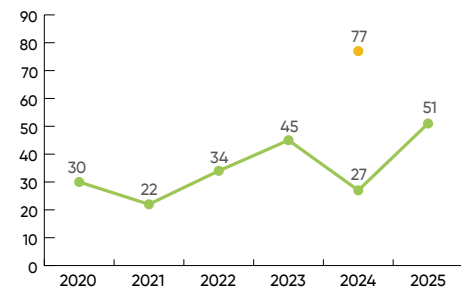
Setor (2024)
Endividamento



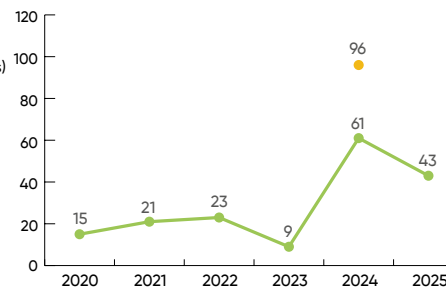
Setor (2024)
Rendibilidade dos capitais próprios



Setor (2024)
Rendibilidade operacional do ativo



Setor (2024)
Prazo médio de recebimento (dias)



Setor (2024)
Prazo médio de pagamento (dias)

SUSTENTABILIDADE



(Indicador ERSARA R09)

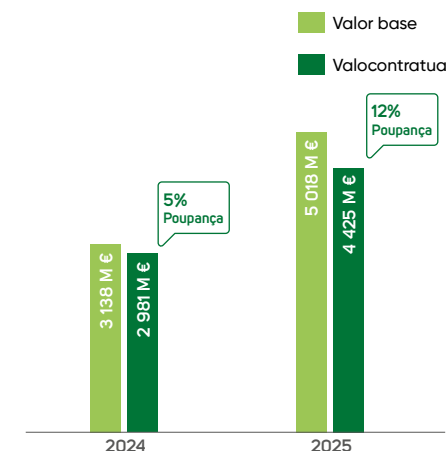
RESULTADOS



€ 15.7 MILHÕES
Volume de Negócios

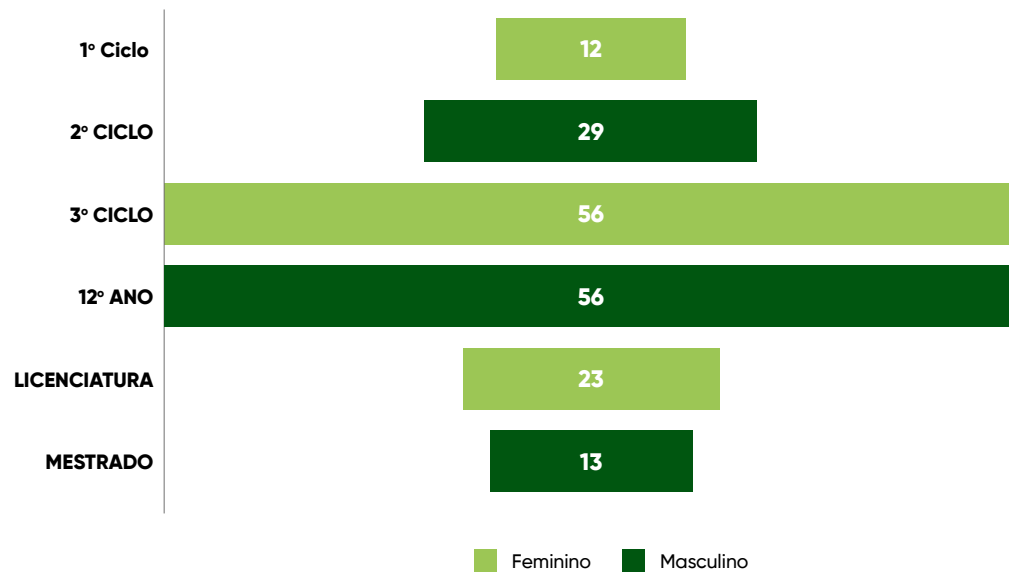
€ 159 MIL
Resultado Líquido

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

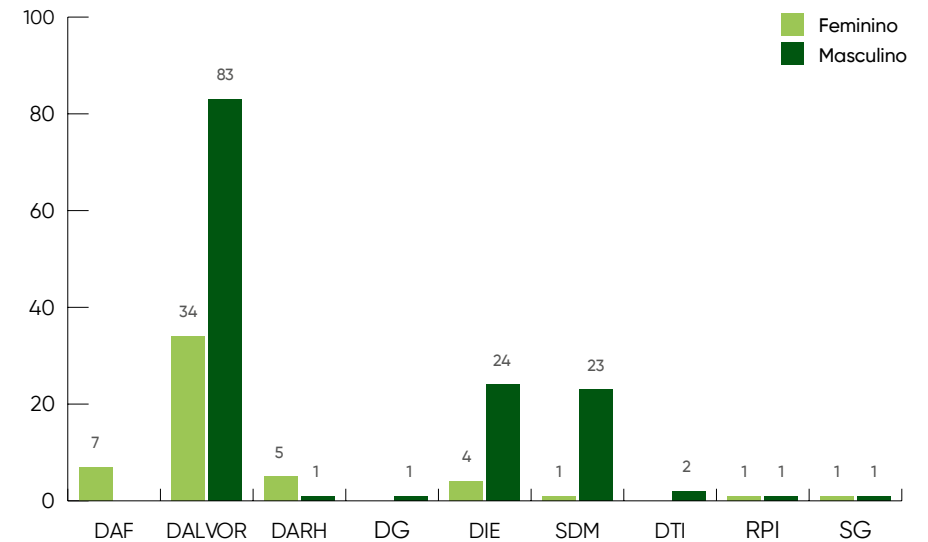


AS NOSSAS PESSOAS

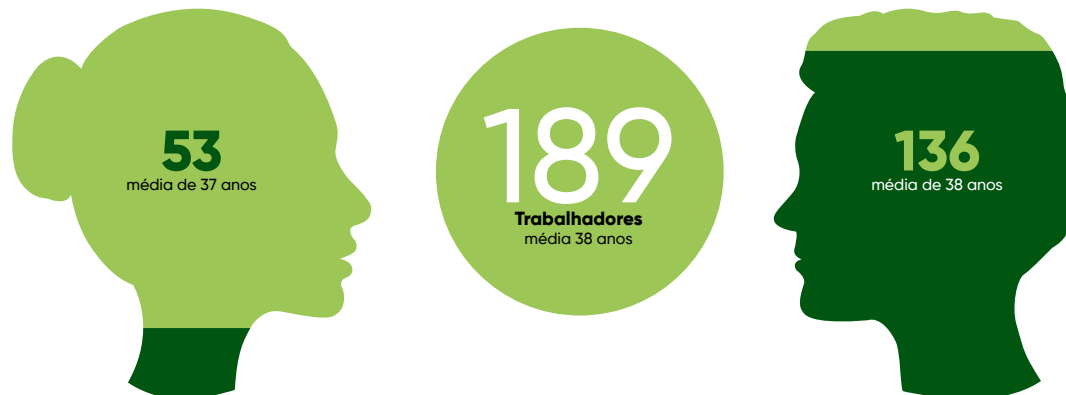
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



ESTRUTURA INTERNA



TRABALHADORES





A MUSAMI





1. A MUSAMI

1.1. ENQUADRAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

A **MUSAMI** – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A., doravante designada por **MUSAMI**, é uma empresa do setor empresarial local de âmbito intermunicipal, com sede na Rua Engº Arantes e Oliveira, n.º 15B, em Ribeira Grande, e que integra o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).

Esta empresa é detida pela **AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel**, possuindo um capital social de 8 800 000 euros, representado por 880 000 ações de valor nominal de 10 euros cada. A mesma goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Foi constituída a 19 de dezembro de 2006 com o objetivo de desenvolver a componente logística da gestão de resíduos, em articulação com a AMISM. Posteriormente, em 2009, foram-lhe atribuídas todas as atividades associadas à reciclagem e, em 2013, a gestão integral dos resíduos.

A **MUSAMI** rege-se pelo quadro normativo estabelecido na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos seus estatutos e subsidiariamente, pelas disposições aplicáveis às sociedades comerciais e ao setor empresarial do Estado.

O presente Relatório, que integra o Relatório de Gestão e o de Sustentabilidade, encontra-se em conformidade com o disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais.



1.2. MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA

MISSÃO

A missão da **MUSAMI** – OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E.I.M., S.A. é a gestão de sistemas de depósito, tratamento e valorização de resíduos sólidos assim como assegurar atividades acessórias no domínio da recolha e proteção do meio ambiente, nomeadamente:

- Propondo, elaborando e intervindo em projetos, programas e planos de desenvolvimento integrado na ilha de São Miguel;
- Fornecendo ao Governo Regional ou a outras entidades neles interessadas, a informação e colaboração convenientes;
- Respondendo a consultas que lhe forem formuladas pelo Governo Regional sobre iniciativas legislativas relativas aos municípios;
- Criando, mantendo e aperfeiçoando serviços próprios de informação de apoio aos Municípios;
- Proporcionando ações de formação e aperfeiçoamento profissional dos funcionários municipais;
- Estabelecendo relações que reforcem os princípios municipalistas ou contribuam para a saúde, cultura e bem-estar dos municípios;
- Colaborando pela forma considerada mais conveniente, na prossecução de outras atividades que a assembleia intermunicipal venha a estabelecer para a exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios;
- Contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental dos seus territórios.

VISÃO

Respondendo aos compromissos definidos e assumidos no estabelecimento da sua Missão, o Conselho de Administração, estabelece como principais vetores da visão da **MUSAMI**:

- Manter e consolidar as atividades de triagem, confinamento técnico (aterro), valorização e encaminhamento para valorização de resíduos;
- Alargar a abrangência da sua atividade a outras que contribuam para o cumprimento da missão;
- Ser uma entidade de referência, a nível regional, na prestação de serviços à comunidade e ao ambiente e de capacidade e credibilidade técnica;
- Ser reconhecida como uma entidade de atitudes pró-ativas na procura de melhores desempenhos nos pilares ambiental e social da sustentabilidade;
- Melhorar o seu desempenho operacional, optando por tecnologias mais eficientes, sempre que economicamente viáveis à sustentabilidade económico-financeira da atividade.

POLÍTICA

A **MUSAMI** – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. ao implementar e gerir um sistema integrado, ambientalmente correto e economicamente sustentável, para tratamento e valorização dos resíduos urbanos, tendo em consideração as quatro perspetivas de gestão:

PERSPETIVA FINANCEIRA

- Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos em conformidade com o Plano Estratégico de Resíduos mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Gerar riqueza que permita investimentos sustentados e em harmonia com os interesses e necessidades das partes interessadas, tendo sempre presente as preocupações de sustentabilidade económico-financeira, optando pela análise criteriosa da viabilidade dos investimentos, pelo rigor na gestão dos recursos e pelo controlo dos custos.

PERSPETIVA CLIENTES

- Apoiar iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental;
- Promover uma aproximação à sociedade através de mecanismos que colocamos ao seu dispor para a sua auscultação;
- Assegurar, de uma forma continuada, as necessidades e expectativas das partes interessadas, aumentando progressivamente a confiança na **MUSAMI**.

PERSPETIVA INTERNA

- Cumprir as obrigações de conformidade, as exigências legais aplicáveis e outras que subscreva, incluindo as relativas a qualidade, ambiente, saúde e segurança no trabalho, eficiência energética, uso e consumo de energia;
- Assegurar a disponibilidade de informação e de todos os recursos necessários para atingir os objetivos e metas;
- Promoção da Igualdade e não discriminação;
- Informar, sensibilizar e formar os colaboradores da MUSAMI, e outras partes interessadas, relativamente aos aspetos significativos de ambiente, segurança e saúde no trabalho, qualidade e gestão energia;
- Consulta e participação dos trabalhadores, informando, formando e envolvendo os colaboradores e prestadores de serviços;
- Fomentar a integração da MUSAMI na sociedade, através da realização de ações socialmente responsáveis, destinadas a reduzir os impactes negativos da sua atividade, bem como a criar e a maximizar os seus impactes positivos;
- Fornecer condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e problemas de saúde relacionadas com o trabalho, através de uma análise rigorosa e profunda das atividades e seus riscos, potenciando a eliminação de perigos e riscos de saúde e segurança no trabalho;
- Adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção de infraestruturas orientada para a melhoria do desempenho energético.

PERSPETIVA DE INOVAÇÃO E APRENDIZAGEM

- Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão de ambiente, segurança e saúde no trabalho, qualidade e energia, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia;
- Proporcionar as adequadas condições de trabalho aos colaboradores, a valorização dos seus conhecimentos e das suas competências, optando por estimular e promover a sua formação contínua, a sua valorização individual, as boas relações interpessoais, a capacidade de iniciativa e empreendedorismo para projetos internos;
- Promover a proteção do ambiente, assim como, a prevenção da poluição, minimizando os riscos para a segurança e saúde de todos os colaboradores e prestadores de serviços, bem como da comunidade envolvente e promover a qualidade, tendo em consideração a natureza, dimensão, acidentes decorrentes e impactes ambientais potenciais das nossas atividades (ESRS 2 SBM-1).



1.3. CADEIA DE VALOR

A atividade de gestão de resíduos urbanos (RU) constitui um serviço público de carácter estrutural, essencial ao bem-estar, à saúde pública, à segurança da população e à proteção do ambiente.

Os serviços prestados pela **MUSAMI** integram um sistema articulado de recolha, tratamento, recuperação e valorização de resíduos urbanos. Os resíduos provenientes da recolha seletiva multimaterial são encaminhados para o Centro de Triagem (CT), onde são separados por tipologia e enfardados, sendo posteriormente valorizados e expedidos para as sociedades gestoras.

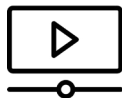
Os resíduos indiferenciados são encaminhados para o Centro de Tratamento Mecânico (CTM), onde ocorre a separação de materiais recicláveis (como plástico e metal), que seguem para valorização, enquanto a fração orgânica é direcionada para o Centro de

Tratamento Biológico (CTB). Neste, ocorre a produção de composto orgânico e a captação e valorização de biogás, permitindo a produção de energia elétrica.

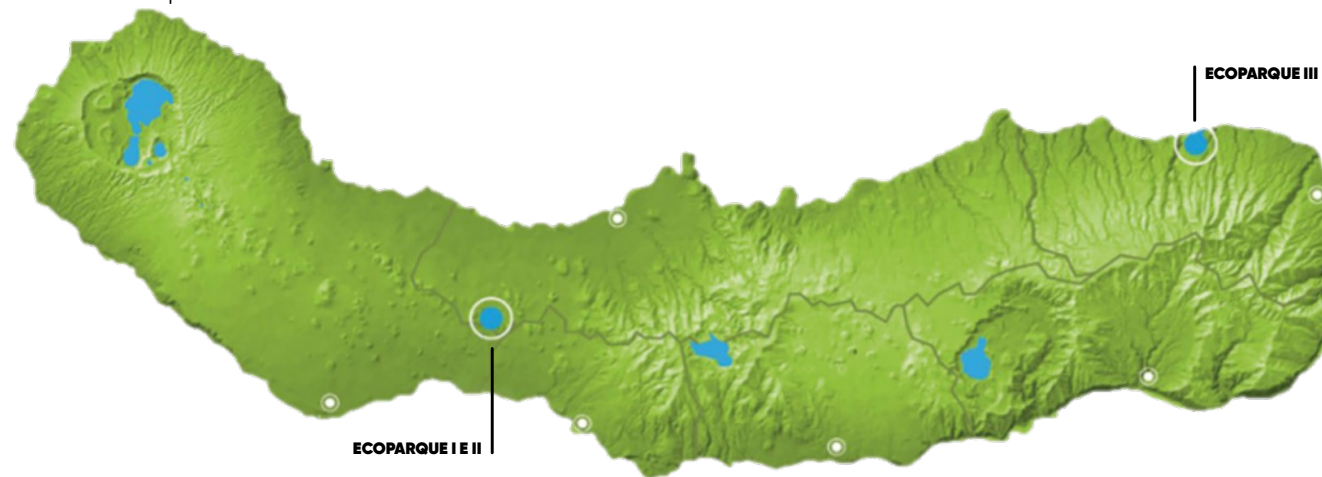
Os resíduos que não podem ser valorizados materialmente são encaminhados para a Central de Valorização Energética (CVE), assegurando a sua valorização energética.

Adicionalmente, fluxos específicos como vidro, resíduos elétricos e eletrónicos e resíduos volumosos são encaminhados para o Ecocentro, onde são sujeitos a operações de triagem, separação e acondicionamento, sendo também encaminhados para retomadores. No caso dos resíduos verdes, estes são transformados em composto orgânico (**SO-MUSAMI**), utilizado na produção agrícola local (ESRS 2 SBM-1).

UNIDADES OPERACIONAIS:



CLIQUE AQUI

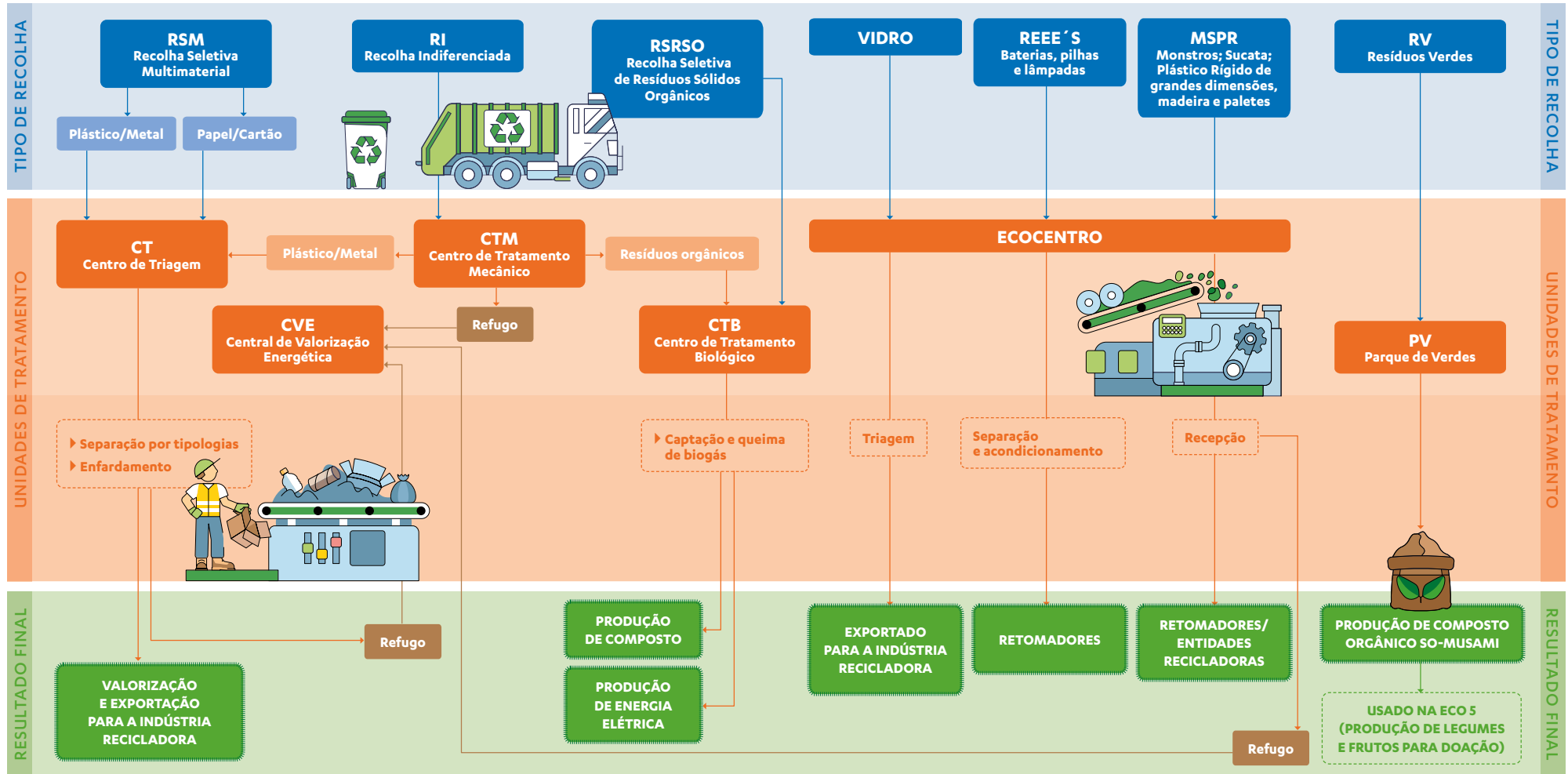


Ecoparque I
 Centro de triagem
 Parque de compostagem de verdes
 Ecocentro

Ecoparque II
 Centro de tratamento mecânico
 Centro de tratamento biológico
 Parque de compostagem de verdes
 Central de Valorização Energética
 Aterro sanitário

Ecoparque III
 Armazéns de triagem

CADEIA DE VALOR



1.4. ÓRGÃOS SOCIAIS E DE GESTÃO (ESRS 2 GOV-1)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Pedro Melo
Presidente



Carlos Anselmo
Vice-Presidente



Pedro Furtado
Secretário



António Soares
1º Vogal



Graça Ventura
2º Vogal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Nelson Santos
Presidente

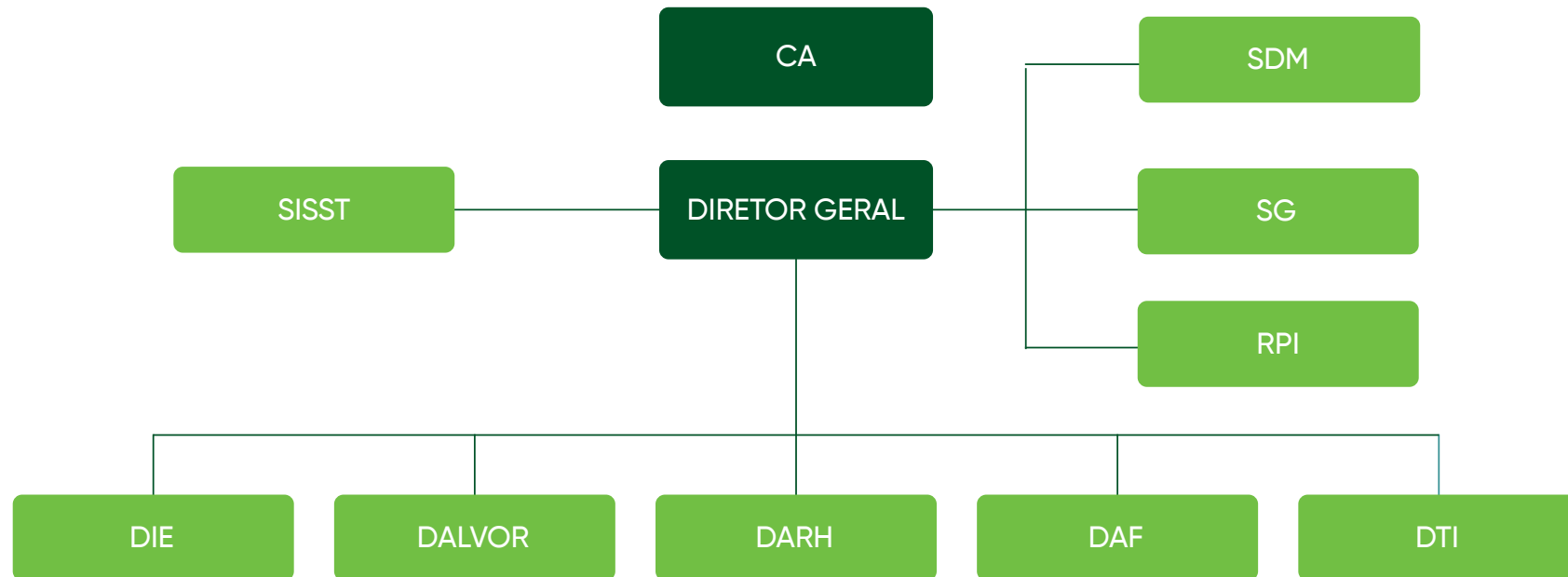
FISCAL ÚNICO

M.Cunha & Associado, SROC, Lda.

1.5. ESTRUTURA INTERNA

A **MUSAMI** conta com 189 trabalhadores, organizada em diversas direções estratégicas, de forma a garantir uma resposta eficiente às necessidades diárias dos seus clientes.

A estrutura interna da empresa está distribuída da seguinte forma:



LEGENDA:

CA – Conselho de administração

RPI – Relações-públicas e imagem

DIE – Direção de infraestruturas e equipamentos

DALVOR – Direção de aterros, logística, valorização orgânica e reciclagem

DAF – Direção administrativa e financeira

DARH – Direção de ambiente e recursos humanos

DTI – Direção de Tecnologias da informação

SDM – Subdireção de manutenção

SG – Secretariado geral

SISST – Serviço interno de saúde e segurança no trabalho

1.6. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

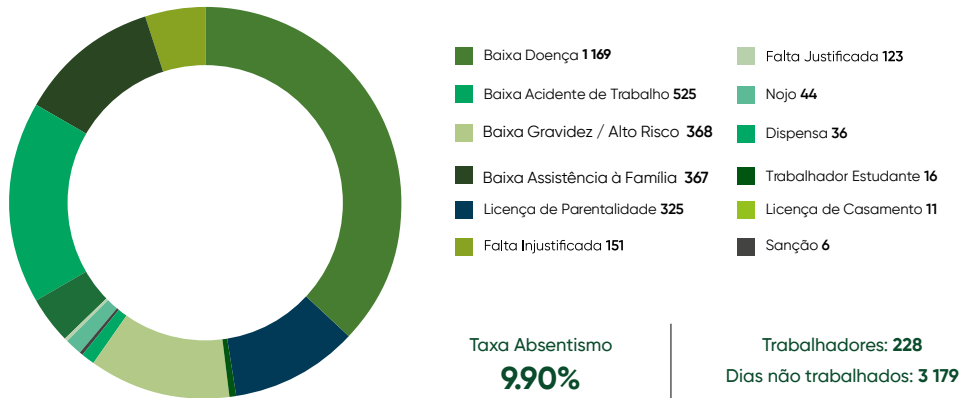
A **MUSAMI**, acredita que a transição para uma economia circular e a excelência na gestão de resíduos dependem, fundamentalmente, do talento e do compromisso das pessoas.

Ao longo de 2025, a empresa reforçou o investimento em formação técnica e comportamental, garantindo equipas preparadas para os desafios tecnológicos das mais recentes unidades de tratamento. A Saúde e Segurança no Trabalho permaneceu como prioridade, com a implementação de programas preventivos, por forma a criar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável.

É promovido um ambiente de trabalho inclusivo, onde a retenção de talento e a valorização da experiência local se cruzam com a integração de novos perfis técnicos.

TAXA DE ABSENTISMO

A taxa de absentismo aumentou face ao ano de 2024, passando de 8.44% para 9.90%. Este crescimento deve-se, sobretudo, ao aumento das baixas por doença e dos acidentes de trabalho (ESRS S1-14).



FORMAÇÃO

Em 2025, a **MUSAMI** manteve os pressupostos da sua atuação sobre as competências dos trabalhadores, promovendo a formação contínua.

Foram ministradas 411 ações de formação, num total de 20 151 horas, abrangendo um total de 224 trabalhadores, o que corresponde a uma média de 89,96 horas de formação por pessoa.

O aumento significativo de horas de formação face ao ano anterior, deve-se à realização de formação interna, à rotação de pessoal e à integração da central de valorização energética (ESRS S1-13).

	2024	2025	Var. Homóloga
Nº de ações de formação	254	411	62%
Horas de formação	8 058	20 151	150%
Número de participantes	182	224	23%
% colaboradores abrangidos por formação	117%	119%	1 p.p.

REMUNERAÇÕES

De acordo com a legislação em vigor, a Administração e a Assembleia Geral não são remuneradas, uma vez que os seus elementos são eleitos locais (ESRS 2 GOV-1).

Relativamente aos trabalhadores, a sua remuneração é definida com base no contrato de trabalho, na legislação aplicável e no sistema de progressão na carreira implementado na **MUSAMI** (ESRS S1-10).

1.7. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

Todos os regulamentos, códigos e manuais são aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Geral e estabelecem princípios, regras e procedimentos a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa.

Atualmente, os principais documentos em vigor são:

- Manuais de exploração;
- Regulamento de licenças e autorizações para deposição de resíduos no Ecoparque;
- Manual de gestão;
- Manual de acolhimento;
- Manual de funções;
- Manual de gestão de recursos humanos;
- Regulamento de fardamento e equipamento de proteção Individual;
- Regulamento do sistema de gestão e avaliação de desempenho;
- Regulamento do sistema de progressão na carreira;
- Manual do triador;
- Plano de monitorização e inspeção de produtos recicláveis;
- Plano de emergência interno;
- Regulamento do fundo fixo de caixa;
- Código de conduta e ética profissional;
- Plano para a igualdade e não discriminação;
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

1.8. CERTIFICAÇÃO

No ano de 2025, a **MUSAMI** foi submetida à auditoria de 2.º acompanhamento do ciclo das suas certificações no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI) de Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança e Energia, de acordo com os referenciais:

- NP EN ISO 9001:2015 (Qualidade);
- NP EN ISO 14001:2015 (Ambiente);
- NP ISO 45001:2019 (Saúde e segurança); e
- NP EN ISO 50001:2019 (Energia).

A auditoria foi conduzida pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação e abrangeu as atividades de gestão dos sistemas de depósito, tratamento e valorização de resíduos sólidos, assim como as atividades acessórias no domínio da proteção do meio ambiente. A MUSAMI demonstrou conformidade com os requisitos estabelecidos, mantendo todas as suas certificações.

A empresa considera a certificação dos seus sistemas de gestão uma ferramenta estratégica, essencial para a tomada de decisões e para a melhoria contínua dos processos.

1.9. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Atualização do tarifário de resíduos de 2025 e aprovação de novo tarifário para 2026;
- Elaboração e aprovação do Orçamento e Plano 2026-2029;
- Aprovação e aplicação dos resultados do ano 2024;
- Reforço do capital social;
- Auditorias interna e externa ao SGI, resultando na renovação da certificação pela APCER;
- Aprovação da candidatura à 2.ª fase do projeto “Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel”, ao PO Açores 2030;
- Inauguração da Central de Valorização Energética no dia 25 de julho de 2025;
- Recrutamento e acolhimento de 30 trabalhadores;
- Realização de monitorizações de Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente, Agentes Biológicos, Campos Eletromagnéticos, Agentes Químicos, Vibrações e Iluminância;
- Submissão de candidatura dos projetos “Native Soil” e “CTB” ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II). Ambos os projetos têm como objetivo o desenvolvimento de compostos orgânicos;
- Implementação de novas soluções de cibersegurança, com foco na proteção de dados e continuidade operacional;
- Montagem de sistemas de alerta no Biogás;
- Participação nas 14.ªs Jornadas Internacionais de Resíduos com o tema “A MUSAMI e a Jornada ESG – o caminho para a sustentabilidade”, que decorreu em novembro de 2025;
- Alteração dos membros do Conselho de Administração.

2

Atividade da Empresa



2. ATIVIDADE DA EMPRESA

2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2025, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento moderado, ainda enquadrado por um contexto de incertezas geopolíticas, tensões comerciais e condições financeiras relativamente restritivas. Apesar disso, a atividade económica global tem-se mostrado resiliente, beneficiando de uma desaceleração gradual da inflação e de uma recuperação progressiva do investimento e do comércio internacional, em particular nos setores associados ao desenvolvimento e aplicação da Inteligência Artificial.

De acordo com as principais projeções internacionais, o crescimento da economia mundial manteve-se em torno de 3.30%¹ em 2025, prevendo-se a manutenção de um ritmo semelhante em 2026, ainda que inferior às médias históricas registadas nas décadas anteriores.

Na União Europeia, o crescimento manteve-se contido, estimando-se cerca de 1.40%² para 2025 e 1.20% para 2026, refletindo sobretudo o abrandamento da atividade industrial e a evolução moderada da procura externa, ainda que com uma recuperação gradual da procura interna.

Em Portugal, a economia deverá crescer em torno de 2.00%³ em 2025 e 2.30% em 2026, sustentada principalmente pela dinâmica da procura interna e pelo investimento associado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Nos Açores, a evolução da atividade económica acompanha, em termos gerais, a tendência nacional, sendo fortemente influenciada pelo dinamismo dos setores do turismo e dos serviços. Contudo, as características estruturais da economia regional, designadamente a insularidade e a maior exposição à sazonalidade destas atividades, reforçam a importância de promover estratégias que favoreçam a diversificação económica e a sustentabilidade do crescimento. De acordo com o Plano Regional, projeta-se um crescimento de 2.10%⁴ em 2025 e 1.90% em 2026.

Neste enquadramento, o reforço das políticas ambientais europeias e dos objetivos associados à transição para uma economia circular evidencia o papel do setor da gestão de resíduos na valorização de recursos e na redução da deposição em aterro. É neste contexto que a **MUSAMI** desenvolve a sua atividade, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, para a eficiência do sistema regional de gestão de resíduos e para o crescimento da economia circular na ilha de São Miguel.

No plano operacional, a **MUSAMI** registou, em 2025, um crescimento nos seus resultados. Contudo, o resultado líquido foi negativamente influenciado pelo acréscimo das depreciações, associadas principalmente à Central de Valorização Energética, e pelos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos, traduzindo-se num desempenho inferior ao verificado no período homólogo. Para 2026, perspetiva-se níveis de resultados semelhantes.

2.2. ENQUADRAMENTO AMBIENTAL

A **MUSAMI** procura promover uma abordagem assente na prevenção da produção de resíduos, na separação na origem e na valorização material e energética.

Em 2025, a atividade manteve-se direcionada à melhoria contínua do desempenho ambiental das operações, através da otimização dos processos de tratamento, modernização das infraestruturas e incorporação de soluções tecnológicas que permitam aumentar a recuperação de recursos, enquanto reduz os impactos ambientais associados à gestão de resíduos.

Paralelamente, a empresa mantém o seu compromisso com a sensibilização ambiental e com o envolvimento das comunidades e dos municípios, contribuindo para a consolidação de um modelo de economia circular adaptado à realidade insular da região.

PARQUE DE COMPOSTAGEM/VERDES

Todos os resíduos orgânicos provenientes de jardinagem, que chegam ao Ecoparque da Ilha de São Miguel, são encaminhados para o parque de verdes, onde são transformados num substrato orgânico 100% natural (**SO-MUSAMI**).

Este produto é especialmente recomendado para a produção intensiva de hortifruticultura tanto em estufa como ao ar livre, podendo ser utilizado puro ou misturado com a terra.

Em 2025, foi possível potenciar o desvio de matéria orgânica de aterro de cerca de 11 228 toneladas de resíduos verdes. Após o processo de compostagem, foram vendidas 1 900 toneladas de **SO-MUSAMI**, um valor recorde que ultrapassa a meta anual estabelecida de mais de 1 500 toneladas (ESRS E5-1; ESRS E5-5).



¹ World Economic Outlook Update, janeiro de 2026

³ Banco de Portugal

² Banco de Portugal

⁴ Plano Regional 2026

PRODUÇÃO DE ENERGIA

De modo a minimizar as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera, a **MUSAMI** procede à captação do biogás através de poços distribuídos pelos aterros sanitários e a partir da fermentação dos resíduos orgânicos. O biogás recolhido é posteriormente convertido em energia através de um grupo motogerador com capacidade de produção de 1067 kWh.

Para armazenar e regularizar a vazão do biogás no motogerador, é utilizado um gasómetro com capacidade de 2 200 m³.

Da energia produzida, 356 639 kWh foram autoconsumidos pelas instalações do Ecoparque, sendo que o excedente foi vendido e integrado na rede de distribuição (ESRS E5-1; ESRS E5-5).



Grupo motogerador



Gasómetro

CENTRO DE TRIAGEM

No Centro de Triagem (CT), é realizada a triagem de resíduos recicláveis provenientes da recolha seletiva de papel/cartão e plástico/metal.

Após o seu tratamento, estes são encaminhados para as indústrias recicladoras nas melhores condições possíveis, dentro de um conjunto de regras definidas pelas mesmas. Em 2025, foram recebidas neste centro 9 241 toneladas de resíduos, tendo sido valorizadas 7 603 toneladas de resíduos de embalagem (ESRS E5-1; ESRS E5-5).



Leitores óticos do Centro Triagem



Triagem da recolha seletiva de plástico/metal

CENTRO DE TRATAMENTO MECÂNICO

O Centro de Tratamento Mecânico (CTM) tem como objetivo recuperar resíduos valorizáveis, provenientes da recolha de indiferenciados.

Todos os resíduos embalagem são direcionados para o Centro de Triagem (CT), onde passam pelo processo de enfardamento antes de serem encaminhados para reciclagem. Já a fração orgânica segue para valorização no Centro de Tratamento Biológico (CTB).

Do total de resíduos sólidos urbanos provenientes da recolha indiferenciada em 2025, foram encaminhadas 34 072 toneladas para o centro de tratamento mecânico para respetiva valorização (ESRS E5-1; ESRS E5-5).



Tapetes e balístico do Centro de Triagem

CENTRO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO

O Centro de Tratamento Biológico (CTB) tem como processos principais:

- Produção de biogás a partir da fermentação dos resíduos orgânicos em túneis de fermentação; e
- Produção de composto, após a maturação dos resíduos.

O biogás produzido é armazenado num gasómetro e posteriormente direcionado para o motorizador do Ecoparque I, onde é convertido em energia.

Já os resíduos maturados passam por um processo de revolvimento e separação mecânica (afinação do composto) com o objetivo de remover possíveis contaminantes e assegurar uma melhor qualidade do composto final.

Em 2025, o Centro de Tratamento Biológico (CTB) recebeu e valorizou 1 384 toneladas de resíduos orgânicos, provenientes de recolha seletiva, porta-a-porta (ESRS E5-1; ESRS E5-5).

Centro de Tratamento de Biológico



CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

A Central de Valorização Energética (CVE), dimensionada para o tratamento máximo de 60 mil toneladas de resíduos por ano, tem capacidade para produzir 5 MWe por hora, o que corresponde a uma produção anual de 34 553 MWe.

A central permitiu valorizar 13 360.64 toneladas de resíduos em 2025, representando uma produção de 1 357.90 MWh de energia elétrica.

As escórias resultantes são sujeitas a um processo de maturação, à separação de ferrosos e não ferrosos e à separação por granulometria, possibilitando a sua posterior valorização.

Por serem consideradas como um resíduo perigoso, as cinzas de caldeira e volantes originadas são encaminhadas em transporte hermeticamente fechado para um processo de inertização, sendo posteriormente depositadas em aterro devidamente licenciado e em conformidade com os requisitos legais e ambientais aplicáveis (ESRS E5-1; ESRS E5-5).

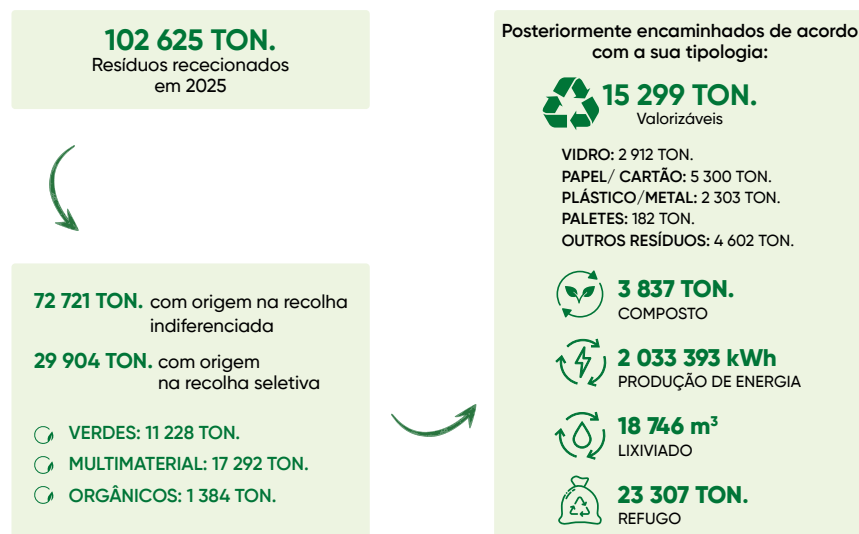


Edifício de apoio e Central de Valorização Energética

2.3. ATIVIDADE OPERACIONAL

A **MUSAMI** adota uma abordagem integrada na gestão de resíduos, promovendo a reintegração de subprodutos no ciclo produtivo. Esta estratégia reduz o impacto ambiental, minimiza a taxa de refugo e aumenta o desvio de matéria orgânica de aterro.

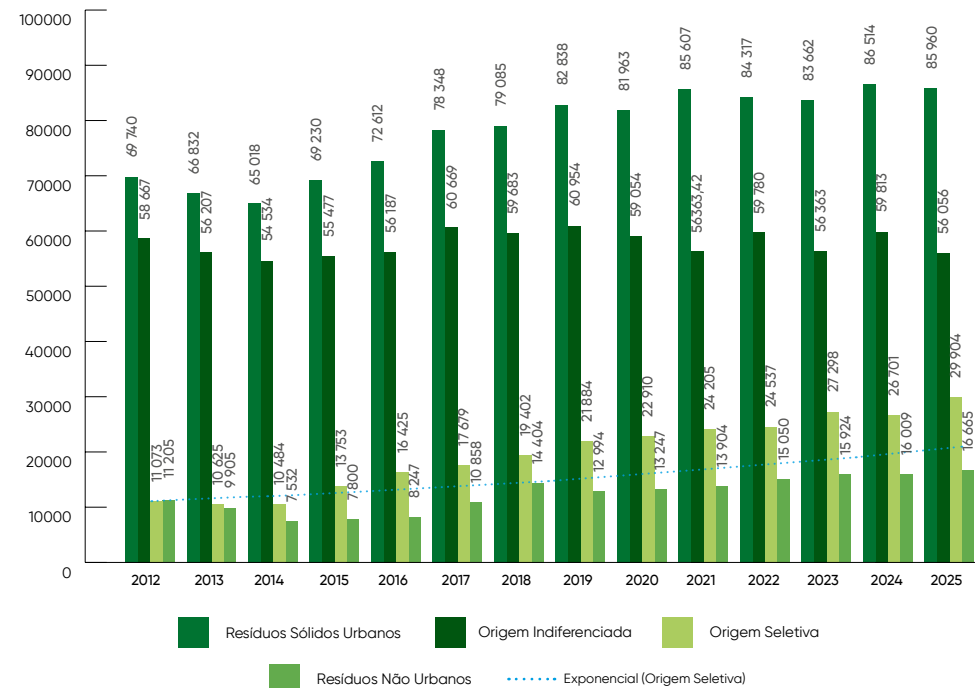
Nos tópicos seguintes, apresenta-se uma visão detalhada das operações da **MUSAMI**, com enfoque na otimização dos serviços (ESRS E5-4; ESRS E5-5).



Em 2025, a **MUSAMI** geriu um total de 102 625 toneladas de resíduos, sendo que 56 056 toneladas, correspondentes a 55% do total tratado, tiveram origem na recolha indiferenciada.

Resíduos	2024	2025	Var. (und)	Var. (%)
Resíduos Não Urbanos	16 009	16 665	656	4%
Resíduos Sólidos Urbanos	86 514	85 960	-554	-1%
Origem Indiferenciada	59 813	56 056	-3 756	-6%
Origem Seletiva	26 701	29 904	3 203	12%
Total	102 523	102 625	102	0%

Verificou-se um importante crescimento nos resíduos de origem seletiva, de 3 203 toneladas face a 2024, tendo os últimos anos demonstrado um cenário favorável no que respeita à quantidade de resíduos valorizáveis.



Foram ainda valorizadas organicamente 12 612 toneladas de resíduos urbanos biodegradáveis e 9 000 toneladas através de reciclagem, as quais representam 58% e 42%, respetivamente, do total de resíduos valorizados. Os dados de 2024 foram atualizados, por alteração de metodologia de cálculo.

Toneladas	2024	2025	Var. (%)
RUB Valorizados Organicamente	11 201	12 612	13%
Compostagem de verdes	10 499	11 228	7%
Resíduos Orgânicos	702	1 384	97%
RUB Valorizados por Reciclagem	8 620	9 000	4%
Recolha Seletiva de Papel, Cartão, ECAL e Madeira	8 620	9 000	4%
Total	19 822	21 612	9%

Apesar da relativa estabilidade, a quantidade reciclada de resíduos urbanos domésticos ou semelhantes registou uma redução de cerca de 8%, passando de 47 203 toneladas em 2024 para 43 406 toneladas em 2025, de acordo com a nova metodologia. Durante o mesmo período, a produção total apresentou uma ligeira diminuição, passando de 85 114 toneladas para 84 786 toneladas.

Toneladas	2024	2025	Var. (%)
Quantidade reciclada de RU Domésticos ou Resíduos semelhantes	47 203	43 406	-8%
Quantidade produzida de RU Domésticos ou Resíduos semelhantes	85 114	84 786	0%
Taxa de Reciclagem e Valorização	55.46%	51.19%	-8%

Numa análise breve aos resíduos geridos por tipo de cliente, verifica-se que os resíduos provindos de municípios e particulares decresceram 1%, enquanto os clientes empresas, aumentaram 5%. No total, os **resíduos geridos pela MUSAMI aumentaram em 102 toneladas face a 2024.**

Cientes	2024	2025	Var. (%)
Municípios e Particulares	78 561	77 492	-1%
Empresas	23 962	25 133	5%
Total Toneladas	102 523	102 625	0%

CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Relativamente à caracterização de resíduos, foram desenvolvidas duas campanhas de caracterização definidas na legislação, programadas para dois períodos distintos – época húmida e época seca. As caracterizações realizaram-se nos meses de abril e novembro.

VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Em 2025, valorizaram-se 10 491 toneladas de resíduos embalagem e 3 705 toneladas de resíduos não embalagem, perfazendo assim um total de 14 196 toneladas, distribuídas do seguinte modo:



No ano de 2025, foram ainda **valorizadas um total de 44 090 paletes**. Tendo em vista a valorização de resíduos, assim como as metas definidas em legislação, a **MUSAMI** tem como preocupação recuperar e/ou desviar de aterro a maior quantidade possível de resíduos.

2.4 GESTÃO DO RISCO

A gestão de riscos é um processo contínuo que tem como objetivo identificar, avaliar e controlar os riscos que possam afetar a organização. A **MUSAMI** mantém a sua estratégia de gestão de riscos alinhada com a matriz de probabilidade e impacto que integra as diferentes variáveis da atividade (operacionais, financeiras, regulamentares e climáticas).

A matriz utilizada integra a análise SWOT e foi elaborada de modo a alinhar potenciais impactos com a sua probabilidade de ocorrência e com as análises internas da empresa.



RISCOS AMBIENTAIS (E)

- Emissões de GEE e impacto climático: a crise climática representa um dos principais desafios da atualidade, com efeitos diretos na economia, sociedade e meio ambiente. Para a **MUSAMI**, a deposição em aterro representa cerca de 94% das emissões de GEE (2024). Com o intuito de mitigar este impacto, a empresa aposta num sistema de gestão e tratamento de resíduos sólidos mais eficiente, substituindo gradualmente o modelo de aterro sanitário, intrinsecamente limitado pela condição insular. Entre as medidas adotadas, destacam-se a valorização energética do biogás e a compostagem de resíduos verdes, que, em 2024 evitaram a emissão de cerca de 6 560 toneladas de CO₂e;
- **Gestão de lixiviados:** a adoção de processos de monitorização e tratamento de efluentes visa minimizar riscos de contaminação e proteger a qualidade ambiental.

RISCOS SOCIAIS (S)

- Saúde e segurança no trabalho: são realizadas formações regulares e distribuídos equipamentos de proteção individual adequados, mitigando o risco de acidentes e doenças associados ao trabalho;
- Envolvimento comunitário e sensibilização: A falta de adesão à recolha seletiva e o desconhecimento das boas práticas de gestão de resíduos representam riscos operacionais. Para contornar este desafio, a **MUSAMI** promove campanhas de educação ambiental;

RISCOS DE GOVERNANÇA (G)

- Conformidade legal e regulamentar: A matriz de riscos salienta a importância do cumprimento de normas, incluindo as aplicáveis à contratação pública. Foram criados procedimentos de controlo interno e transparência, garantindo o cumprimento das regras de aquisição e a prevenção de potenciais conflitos de interesse;
- Integridade e ética: Para evitar riscos de fraude ou uso indevido de informação, a **MUSAMI** tem reforçado políticas internas, incluindo um código de conduta e um sistema de denúncias, bem como mecanismos de verificação de conformidade.

ANÁLISE SWOT

FORÇAS (S)

- S1.** Aproveitamento energético do biogás;
- S2.** Redução da utilização de recursos naturais;
- S3.** Contrapartida financeira da venda da energia elétrica;
- S4.** Laboração do CTA, CTM e CTB;
- S5.** Produção de composto orgânico/ desvio de matéria orgânica de aterro;
- S6.** Prevenção da contaminação ambiental (ex. : tratamento de lixiviados):
 - Tratamento de água lixiviantes (por osmose inversa);
 - Redução da emissão de poluentes através da selagem dos aterros e do aproveitamento energético do biogás.
- S7.** Recursos humanos/financeiros disponíveis para sensibilização;
- S8.** Cumprimento de requisitos legais aplicáveis à organização;
- S9.** Participação em grupos de trabalho do setor;
- S10.** Recursos Humanos qualificados;
- S11.** Integração de tecnologias da informação para apoio na gestão da atividade;
- S12.** Quantificação de emissões e remoções de GEE;
- S13.** Existência de turnos rotativos;
- S14.** Construção da futura CVE;
- S15.** Aumento da produção de energia;
- S16.** Aumento de autoconsumo tendo em conta a energia produzida;
- S17.** Aumento da eficiência energética nos processos e atividades da MUSAMI;
- S18.** Serviço Interno de Medicina;
- S19.** Participação em associações relacionadas com sustentabilidade;
- S20.** Reporte Não financeiro;
- S21.** Aumento da capacidade de armazenamento de biogás através do gasómetro;
- S22.** Extensão da captação de biogás no aterro em exploração por adoção de sistema de captação amovível/flexível/adaptativo.

FRAQUEZAS (W)

- W1.** Impactes ambientais associados aos aspetos ambientais;
- W2.** Odor proveniente do tratamento de resíduos;
- W3.** Indisponibilidade de técnico especializados ou falta de material necessário;
- W4.** Má qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente;
- W5.** Possibilidade de pontualmente não cumprir legislação (ex. : VLE);
- W6.** Possibilidade de incumprimento de prazos de entrega;
- W7.** Problemas de faturação;
- W8.** Ocorrência de acidentes de trabalho;
- W9.** Possibilidade de falha na central de biogás;
- W10.** Segurança da informação;
- W11.** Possível incumprimento do estabelecido no Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas
- W12.** Perda de Recursos Humanos qualificados e consequente dificuldade de substituição;
- W13.** Falhas nas tecnologias da informação;
- W14.** Aumento dos prazos médios de Pagamentos e Prazo Médios de Recebimento;
- W15.** Possibilidade de despesas não elegíveis; atrasos na comunicação de contratos; incumprimento do prazo de pronúncia;
- W16.** Atingir a capacidade máxima de armazenagem de resíduos;
- W17.** Grande dependência de Recursos Humanos nas atividades de Triagem;
- W18.** Equipamentos não operacionais;
- W19.** Dificuldade de afinação do Composto;
- W20.** Diminuição dos níveis de oxigénio no interior das pilhas de compostagem;
- W21.** Perda de Informação;
- W22.** Exposição de trabalhadores a riscos não controlados;
- W23.** Adoção de comportamentos negligentes/ imprudentes;
- W24.** Descargas de emergência EPTAL;
- W25.** Absentismo;
- W26.** Elevado fluxo de entrada e saída de trabalhadores, em especial nas atividades operacionais;
- W27.** Dependência de serviços realizados por técnicos externos à MUSAMI;
- W28.** Trabalho por turnos e trabalho noturno.

OPORTUNIDADES (O)

- O1.** Alargar atividade para a recolha e consequentemente melhorar as mesmas;
- O2.** Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente;
- O3.** Boa relação com organizações governamentais;
- O4.** Localização das infraestruturas (localização próxima de indústrias/ empresas);
- O5.** Programas de apoio ao investimento.

AMEAÇAS (T)

- T1.** Propagação de resíduos devido à grande permanência de gaiotas;
- T2.** Alteração constante de legislação e Normas;
- T3.** Custo do tratamento dos resíduos (exploração de aterro, tratamento de lixiviados, etc.);
- T4.** Custos associados à locação e transporte de resíduos para o continente português;
- T5.** Aumento das exigências da qualidade dos materiais recicláveis;
- T6.** Limitação na aquisição de bens e serviços, condicionados pela instalação numa ilha;
- T7.** Limitações da contratação pública;
- T8.** Condições climáticas nas quais a organização opera (chuva e vento);
- T9.** Litigância judicial com prazos que colocam em risco os investimentos;
- T10.** Consequências dos conflitos mundiais existentes;
- T11.** Opinião e capacidade de influência de algumas partes interessadas relativamente a soluções como a incineração;
- T12.** Aumentos consecutivos do salário mínimo regional, sem acompanhamento proporcional das restantes bases remuneratórias;
- T13.** Dificuldade em conhecer futuras fontes de financiamento ao investimento (Programas comunitários);
- T14.** Aumento dos custos da energia elétrica e dos combustíveis;
- T15.** Falhas de energia da rede;
- T16.** Possibilidade de existência de fraude fiscal;
- T17.** Inexistência de matéria-prima (ex: bio resíduos);
- T18.** Ocorrência de pandemias/ confinamento social;
- T19.** Possibilidade de ocorrência de ataques informáticos (cyber-ataques);
- T20.** Alterações climáticas.

3

Estratégia de Sustentabilidade



3. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

A estratégia de sustentabilidade da MUSAMI articula um conjunto de iniciativas que visam a criação de valor sustentável e o equilíbrio entre os desempenhos ambiental, social e de governança (ESG). Esta estratégia baseia-se na integração de três componentes fundamentais: a gestão das partes interessadas, análise de dupla materialidade e o acompanhamento do desempenho organizacional.



3.1. PARTES INTERESSADAS

A MUSAMI tem identificados 17 grupos de interesse, representados na seguinte tabela de acordo com as necessidades e expectativas para com a MUSAMI e vice-versa (ESRS 2 SBM-2).

	Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI	Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI	Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI	
CLIENTES	Associados		Particulares e Empresas		Participantes de ações sensibilização/formação		
	<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a correta gestão dos resíduos urbanos •Apresentar resultados financeiros positivos •Colaborar na estratégia municipal de gestão de RSU •Promover uma imagem de qualidade da empresa •Tarifas baixas dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Garantir a correta recolha dos RSU •Assegurar os pagamentos •Promover e consciencializar para a separação seletiva nos municípios •Meios de fiscalização eficazes 	<ul style="list-style-type: none"> •Garantir o adequado encaminhamento dos resíduos urbanos entregues •Tarifas baixas dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder à correta separação dos resíduos •Proceder aos pagamentos •Cumprir com as regras de segurança das instalações 	<ul style="list-style-type: none"> •Compreender o funcionamento do sistema de deposição em aterro, sistema de triagem, compostagem e respetivos aspetos ambientais, assim como, as vantagens da separação de resíduos urbanos para futuro encaminhamento para reciclagem 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder à correta separação dos resíduos •Proceder à divulgação da mensagem da MUSAMI 	
	Retomadores		Visitantes		EDA		
	<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a qualidade dos lotes de resíduos retomados 	<ul style="list-style-type: none"> •Agir idoneamente aquando da receção de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Compreender o funcionamento do sistema de deposição em aterro, sistema de triagem, compostagem e respetivos aspetos ambientais •Condições de higiene e segurança adequadas 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder à correta separação dos resíduos •Proceder à divulgação da mensagem da MUSAMI •Cumprir com as regras de segurança das instalações 	<ul style="list-style-type: none"> •Cumprimento dos requisitos do contrato 	<ul style="list-style-type: none"> •Cumprimento dos requisitos do contrato 	
	Público/População		Entidades não Governamentais		Bombeiros		
	<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a correta gestão dos resíduos urbanos •Garantir a monitorização/controlo de todas as fontes de emissão poluentes 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder à correta separação dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a correta gestão de resíduos urbanos •Garantir o cumprimento das obrigações de conformidade 	<ul style="list-style-type: none"> •Maior consciencialização para a problemática dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Meios de combate a incêndio em conformidade legal •Realização de exercícios de treino/ simulacro 	<ul style="list-style-type: none"> •Resposta imediata em caso de emergência •Participação em simulacros 	
Entidades governamentais (ex. Governo Regional, DRAAC, DRE, IRT, ERSARA)		Moradores (Vizinhos)		Fornecedores			
<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a correta gestão de resíduos urbanos •Prestação de informações e colaboração •Garantir o cumprimento das obrigações de conformidade •Bom desempenho energético •Bons resultados de SST (ex.: índices) 	<ul style="list-style-type: none"> •Menor burocracia •Resposta atempada 	<ul style="list-style-type: none"> •Assegurar a correta gestão de resíduos urbanos •Garantir a monitorização/controlo de todas as fontes de emissão poluentes 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder à correta separação dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> •Pagamento das faturas dentro dos prazos estabelecidos •Mais encomendas •Boas instalações/ condições para realização do trabalho/serviço 	<ul style="list-style-type: none"> •Proceder ao fornecimento do produto ou serviço de acordo com as especificações solicitadas •Resposta rápida a reclamações 		

Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI	Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI	Expectativas e necessidades das PI	Expectativas e necessidades da MUSAMI
Entidade Certificadora		Seguradoras		Parceiros (ex. ESGRA, etc.)	
<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de faturas • Uso correto da marca 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de valor à organização • Cumprimento dos requisitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa sinistralidade • Pagamentos de apólice 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento contratual 	<ul style="list-style-type: none"> • Contributos para o setor • Cumprimento das metas 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação atualizada do setor • Conhecimento antecipado da legislação
Prestadores de Serviços		Subcontratados (ex. empreitadas de construção civil)		Trabalhadores	
<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento das faturas dentro dos prazos estabelecidos • Boas instalações/ condições para realização do trabalho/ serviço • Apoio na consolidação dos sistemas de gestão (Qualidade, Ambiente, SST e energia) - quando aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao fornecimento do serviço de acordo com as especificações solicitadas • Resposta rápida a reclamações • Cumprimentos dos referenciais implementados • Inexistência de acidentes de trabalho dos fornecedores/ prestadores de serviço nas instalações da MUSAMI 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento das faturas dentro dos prazos estabelecidos • Novas adjudicações • Boas instalações/ condições para realização do trabalho/ serviço 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao fornecimento do produto ou serviço de acordo com as especificações solicitadas • Resposta rápida a reclamações 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento dos salários • Inexistência de acidentes de trabalho • Assegurar a formação contínua aos trabalhadores • Valorização/ reconhecimento do trabalho prestado • Condições de trabalho adequadas • Equipamentos de proteção individual adequados à função a desempenhar • Bom ambiente de trabalho entre colegas e chefias • Saúde e bem-estar no trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Agir de forma ética e profissional • Inexistência de acidentes de trabalho • Cumprir com os objetivos propostos • Cumprir com as normas da organização • Proatividade
EDA (Fornecedor)		Comunicação Social		Familiares dos Trabalhadores	
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos requisitos do contrato 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos requisitos do contrato 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de notícias com impacto • Publicidade paga 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à divulgação da mensagem da MUSAMI • Não ser um fator de "atrito" na sociedade no que concerne à gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento dos salários • Inexistência de acidentes de trabalho • Condições de trabalho adequadas • Equipamentos de proteção individual à função a desempenhar • Saúde e bem-estar no trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação eficiente quando necessário

Expectativas e necessidades das PI

Expectativas e necessidades da MUSAMI

Gestão de topo

- Trabalhadores atuem de forma ética e profissional
- Inexistência de acidentes de trabalho
- Cumprir com os objetivos propostos
- Cumprir com requisitos legais
- Cumprir com as normas da organização
- Assegurar a correta gestão dos resíduos urbanos
- Apresentar resultados financeiros positivos
- Colaborar na estratégia municipal de gestão de RSU
- Promover uma imagem de qualidade da empresa

- Participação ativa da gestão
- Alinhamento com a Política

Através do site www.musami.pt, é possível aceder a informações relevantes da empresa e das suas atividades, agendar visitas às instalações, bem como abrir reclamações e/ou sugestões de melhoria. O site disponibiliza ainda uma plataforma de denúncias que visa proteger aqueles que denunciem ou divulguem infrações do direito da União Europeia.

3.2. MATERIALIDADE (ESRS 2 IRO-1)

No contexto das novas tendências de reporte, a definição dos tópicos materiais passa por duas perspetivas:

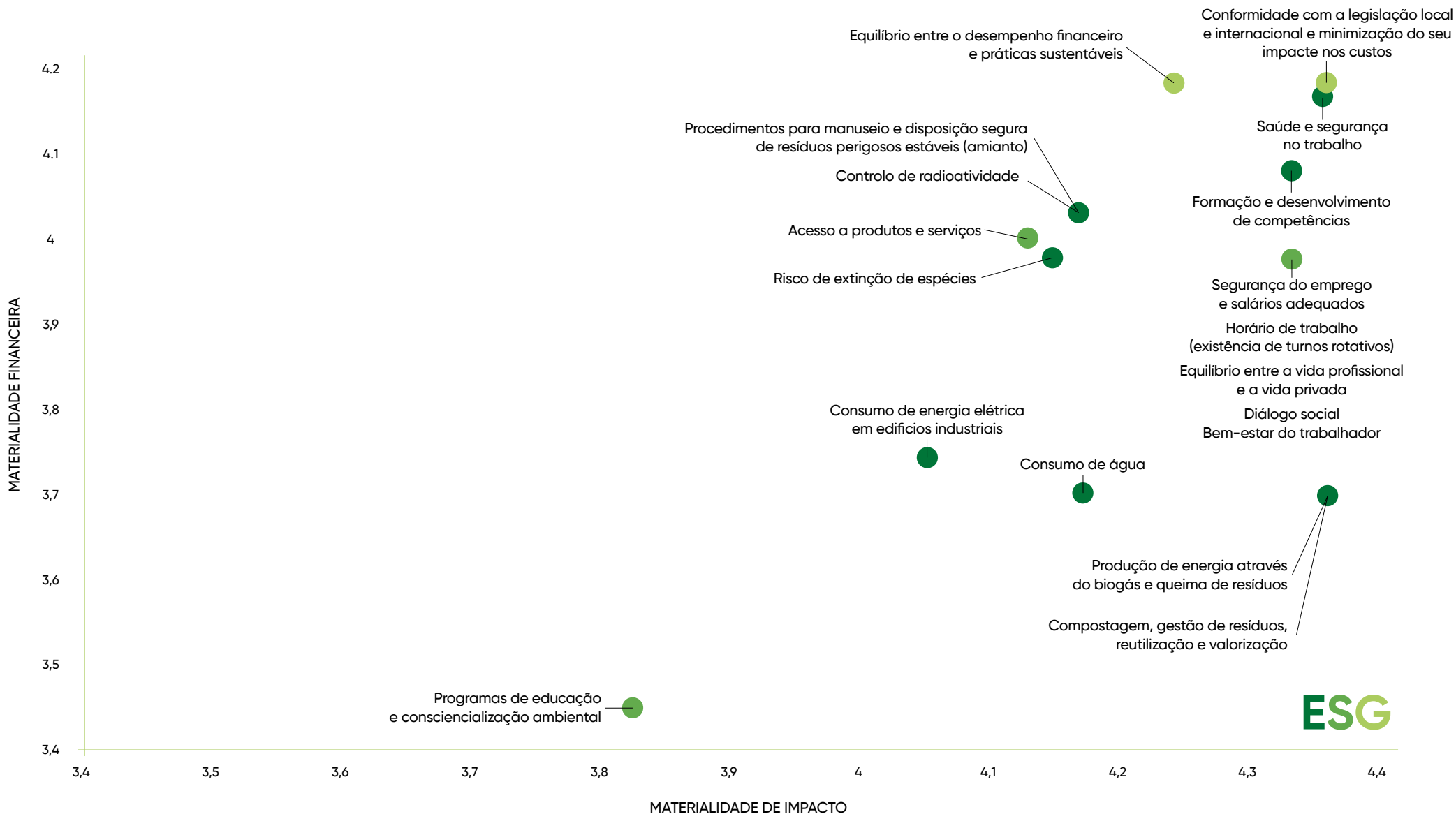
- ➔ Materialidade Financeira: Reflete o impacto que os temas têm sobre o desempenho económico da organização;
- ➔ Materialidade de Impacto: Avalia a relevância dos temas na medida em que as atividades da empresa afetam significativamente a sociedade e o meio ambiente.

A Comissão Europeia consolidou estas duas perspetivas no conceito de “Dupla Materialidade”, o qual foi adotado pela MUSAMI em 2024.

Em 2025, o trabalho foi aprofundado com mecanismos de auscultação interna, nomeadamente entrevistas a 140 trabalhadores e a disponibilização de um folheto informativo sobre ESG, permitindo aferir a maturidade do conhecimento sobre a matéria, identificar necessidades de formação, recolher perceções sobre pontos fortes e áreas de melhoria e ajustar a materialidade às especificidades do contexto operacional.

As evidências obtidas durante as entrevistas resultaram em ajustes à matriz, bem como na revisão de indicadores e ações, mantendo as escalas e definições de 2024.

Este ciclo contínuo de escuta e revisão reforça o alinhamento entre as prioridades estratégicas, as capacidades internas e as expectativas das partes interessadas, preparando a **MUSAMI** para um reporte mais robusto e para a integração progressiva de indicadores e metas ESG na gestão corrente.



ESG

Assim, podemos dizer que são tópicos materialmente relevantes da empresa os seguintes:

Norma ESRS	Tópicos	Subtópicos	ODS
ESRS E1	Investimento em energias renováveis	Produção de energia através do biogás e queima de resíduos	
ESRS E1	Eficiência energética	Consumo de energia elétrica em edifícios industriais	
ESRS E2	Substâncias que suscitam preocupação	Controlo de radioatividade	
ESRS E3	Uso da água	Consumo de água	
ESRS E4	Impacto no estado das espécies e ecossistemas	Risco de extinção de espécies	
ESRS E5	Gestão de resíduos	Procedimentos para manuseio e disposição segura de resíduos perigosos estáveis (amianto)	
ESRS E5	Gestão de resíduos	Compostagem, gestão de resíduos, reutilização e valorização	
ESRS S1 e S2	Condições de trabalho	Segurança do emprego e salários adequados	
ESRS S1 e S2	Condições de trabalho	Horário de trabalho (existência de turnos rotativos)	
ESRS S1 e S2	Condições de trabalho	Diálogo social	

Norma ESRS	Tópicos	Subtópicos	ODS
ESRS S1 e S2	Condições de trabalho	Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	
ESRS S1, S2 e S4	Condições de trabalho	Saúde e segurança no trabalho	
ESRS S1, S2 e S4	Condições de trabalho	Bem-estar do trabalhador	
ESRS S1 e S2	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Formação e desenvolvimento de competências	
ESRS S3	Envolvimento com a comunidade e proximidade a produtos e serviços	Programas de educação e consciencialização ambiental	
ESRS S4	Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais	Acesso a produtos e serviços	
ESRS G1	Práticas de controlo e gestão	Conformidade com a legislação local e internacional e minimização do seu impacte nos custos	
		Equilíbrio entre o desempenho financeiro e práticas sustentáveis	

3.3. DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

O sistema de gestão da **MUSAMI** assenta em quatro objetivos estratégicos que são o foco de toda a atividade da **MUSAMI**, sendo estes:










1. Sustentabilidade económica e financeira;
2. Melhoria contínua da qualidade de serviço de acordo com a lei, do conhecimento científico e tecnológico e da qualidade percebida pelo utente;
3. Assegurar a confluência de capacidades internas e externas no sentido de obter o cumprimento das obrigações legais e regulamentares ou contratuais inerentes à atividade;
4. Garantir que a melhoria das prestações da **MUSAMI** se baseiam no crescimento das competências internas e na permanente busca de melhores soluções para os problemas, assente num sistema de monitorização que espelhe o resultado das ações desenvolvidas.

Neste sentido, a **MUSAMI** mantém um conjunto de indicadores que permite monitorizar os processos que contribuem para o sucesso dos seus objetivos.




Na tabela seguinte, é possível verificar o resultado de cada indicador, com a respetiva associação aos eixos ESG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Objetivo estratégico	Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado	
Perspetiva Financeira	Objetivo 1	Índice de compactação resíduos em aterro		E		
		Custos produção Total – CT		G	-	-
		Número de Reclamações Conformidade de Carga		G	-	
		Consumo específico de água – CT	✓	E		
		Consumo específico de água – CTM	✓	E		
		Consumo de água - Furo água Industrial PZ1	✓	E		-
		Consumo específico de água – Exploração	✓	EG		
		Consumo específico de água – CVE	✓	EG		-
		Consumo específico de água – Global (Exceto furo PZ1)	✓	E		
		Resultado relativo ao exercício		G		-
		Prazo médio de recebimentos		G	-	
		Financiamentos com restrições ESG		G		
		Determinação da % de receita proveniente de produtos/serviços sustentáveis		EG		
		Determinação da variação do custo da energia e combustíveis		EG		
		Determinação da % de investimento em equipamentos sustentáveis		EG		
		Custo médio de gestão de resíduos por ton.		G		
		Débitos de cobrança duvidosa		G	-	

Objetivo estratégico		Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado
Perspetiva Cliente/ Utente	Objetivo 2	Satisfação cliente		G	-	
		Celeridade na emissão de autorizações emitidas		G	-	
		Número de Reclamações SO-MUSAMI		G	-	
		Venda de SO-MUSAMI – Granel		G	-	
		Venda de SO-MUSAMI - Unidades Big Bag		G	-	
		Venda de SO-MUSAMI - Sacas 40L		G	-	
		Venda de SO-MUSAMI - Sacas 7L		G	-	
		Quantidade de composto crivado		G	-	
		Número de Erros de pesagem		G	-	

Objetivo estratégico		Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado	
Perspetiva Interna	Objetivo 3	Prazo médio Pagamento		G	-		
		Taxa de Valorizáveis no Refugo Indiferenciado- CT Linha amarelo (Rolantes e Leves)	✓	EG			
		Taxa de Valorizáveis no Refugo Seletiva – CT Linha amarelo (Plástico e Metal)	✓	EG			
		Taxa de Valorizáveis no Refugo de Vidro	✓	EG			
		Desvio de matéria orgânica de aterro (AA9 + AA10)	✓	EG			
		Preparação para reutilização e reciclagem	✓	EG			
		Capitação Resíduos Valorizados	✓	EG			
		Evolução do Azoto total (N) médio – Efluente	✓	E			
		Evolução do CBO5 médio – Efluente	✓	E			
		Evolução do CQO médio – Efluente	✓	E			
		Recuperação de embalagens do CTM de acordo com o projeto (AA11)	✓	EG			
		Recuperação de metal ferroso/ não ferroso do CTM (AA11)	✓	EG			
		Recuperação de orgânicos do CTM de acordo com o projeto (AA11)	✓	EG			
		Valorização de biorresíduos provenientes da recolha seletiva municipal e do TM – CTB (AA11)	✓	EG		-	
		Produtividade total seletiva amarelo – CT		G		-	
		Produtividade total seletiva azul – CT		G		-	
		Produtividade total indiferenciado – CT		G		-	
		Apoio técnico até 21 horas úteis, para grau de urgência – Baixo		G		-	
		Apoio técnico até 14 horas úteis, para grau de urgência – Normal		G		-	
		Apoio técnico até 7 horas úteis, para grau de urgência – Alto		G		-	
Apoio técnico até 2 horas úteis, para grau de urgência - Obriga paragem de atividade		G		-			
Manutenção e atualizações periódicas dos equipamentos informáticos, de acordo com os planos de manutenção para cada tipo de equipamento (planos de manutenção disponíveis na plataforma de GMIE - Infraspak)		G		-			
Segurança informática dos equipamentos, dados e plataformas da empresa		G		-	-		
Sensibilizar os trabalhadores que utilizam diariamente os equipamentos e plataformas informáticas, no âmbito da cibersegurança		G		-			

Objetivo estratégico		Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado
Perspetiva Interna	Objetivo 3	Qualificação de fornecedores		G		
		Stock de REEE (AA1)	✓	E	-	
		Biogás consumido (AA3)	✓	E		-
		Lixiviado Produzido (AA2)	✓	E		-
		Consultas de MT aos trabalhadores		S		
		Exames complementares de diagnóstico aos trabalhadores		S		
		Visitas de MT		S		
		Não-conformidades em sede de controlo operacional corrigidas		ESG	 	
		Informação dos trabalhadores em matérias de SST		S		
		Pessoas preparadas para responder a emergência		SG		
		Reuniões da equipa de gestão da segurança e participação de trabalhadores		SG		
		Reuniões da equipa de gestão de energia		EG		
		Visitas operacionais		EG		
		Satisfação dos colaboradores		SG		
		Consumo específico de energia no tratamento de lixiviados (AA4)	✓	EG		
		Consumo específico de eletricidade no CT (linha do amarelo) (AA4)	✓	EG		
		Consumo específico de gasóleo na deposição de resíduos em aterro (AA7)	✓	EG		
		Consumo específico de eletricidade no CTB (AA4)	✓	EG		

Objetivo estratégico	Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado	
Perspetiva Interna	Objetivo 3	Taxa de trabalhos de manutenção planeada previstos realizar no CTA vs os trabalhos de manutenção planeada efetivamente realizados no CTA		G	-	
		Taxa de disponibilidade de linha de processamento de resíduos do CTA		G	-	
		Encaminhamento das águas residuais	✓	EG		
		Ações que advêm da consulta e participação dos trabalhadores em matérias de SST		SG		
		Produção de energia elétrica pelo moto-gerador	✓	G		
		Lavagem de Contentores no concelho de RIBEIRA GRANDE		EG		
		Lavagem de Contentores no concelho de LAGOA		EG		
		Lavagem de Contentores no concelho de VILA FRANCA DO CAMPO		EG		
		Lavagem de Contentores no concelho de PONTA DELGADA		EG		
		Manutenção dos Contentores de superfície		EG		
		Manutenção dos Contentores Subterrâneos		EG		
Regularização deficiências detetadas no que respeita a pontos de recolha não recolhidos		EG				
Perspetiva Inovação e aprendizagem	Objetivo 4	Não-conformidades documentais em auditorias internas		G	-	
		Não-conformidades em auditorias externas		G	-	
		Formação Interna		SG		
		Sensibilizar as partes interessadas sobre a importância da correta separação de resíduos		ESG	-	
		Sensibilização/formação às partes interessadas sobre a correta separação de resíduos		ESG		
		Formações internas certificadas		SG		

Objetivo estratégico		Indicadores	Indicador de desempenho ambiental	ESG	ODS	Resultado
Perspetiva Inovação e aprendizagem	Objetivo 4	Atualização dos colaboradores relativamente às principais ações desenvolvidas pela MUSAMI nas várias áreas		G		🌿
		Atualização das partes interessadas da MUSAMI através de comunicação dirigida e site		G	 	🌿
		Atualização das partes interessadas da MUSAMI através do site		G		🌿
		Atualização das partes interessadas da MUSAMI através das redes sociais		G		🌿
		Atualização das partes interessadas acerca dos dados de produção, gestão e tratamento de resíduos urbanos		G		🌿

LEGENDA: 🌿 Objetivo atingido com sucesso; 🔴 Objetivo não atingido; - Monitorizar ao longo do ano

Sendo a **MUSAMI** subscritora da Cartilha de Sustentabilidade dos Açores, foram assumidos determinados compromissos no que diz respeito aos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS):

Indicadores		ESG	ODS	Resultado
Contribuição para os ODS	Doação do leite	S		🌿
	Doação de hortícolas	S		🌿
	Divulgação da produção de SO-MUSAMI	EG		-
	Produção de SO-MUSAMI	EG	-	
	Ações de sensibilização relativas à prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas ou uso nocivo do álcool	S		🌿
	Seguro de saúde	S		🌿
	Inventário de produtos químicos	SG		-
	Encaminhamento de resíduos químicos	E		-
	Ações de sensibilização antitabágicas	S		🌿
	Ações de sensibilização antitabágicas realizadas no gabinete de saúde ocupacional	S	-	
	Projetos de estágio	S		-

Contribuição para os ODS	Equilíbrio de género	SG		-
	Equilíbrio de género aquando das nomeações	SG		-
	Igualdade de remunerações por função/género	SG		-
	Utilização de água de osmose nas limpezas industriais	SG		-
	Garantir a eficiência da aquisição de equipamentos	E		🌿
	Informação das partes interessadas	E		🌿
	Informação das partes interessadas	G		🌿
	Informação das partes interessadas	G		-
	Análise de custo benefício e avaliação ambiental dos investimentos relevantes e estruturantes	G		🌿
Consumo de Papel	EG		🌿	

LEGENDA: 🌿 Objetivo atingido com sucesso; 🔴 Objetivo não atingido; - Monitorizar ao longo do ano

3.3.1. AMBIENTE

A **MUSAMI** tem vindo a implementar um conjunto consistente de medidas no domínio ambiental, com o objetivo de reduzir a pegada ecológica e promover os princípios da economia circular. Destaca-se, neste âmbito:

- ➔ **Triagem Seletiva:** A realização de operações de triagem em três infraestruturas (centro de triagem, centro de tratamento mecânico e centro de tratamento biológico) permitiu, em 2025, atingir uma taxa de reciclagem e valorização de 51% dos resíduos recolhidos, evidenciando o compromisso com a diminuição do volume de resíduos encaminhados para aterro e com a otimização da recuperação de materiais (ESRS E5-2; ESRS E5-5);
- ➔ **Valorização Energética:** através do aproveitamento do biogás, a **MUSAMI** registou, em 2025, uma produção total de 2 033 393 kWh de energia, face a 1 409 315 kWh em 2024. Este desempenho traduz um crescimento expressivo na capacidade de

valorização energética, reforçando o contributo da empresa para a substituição de fontes de energia fóssil por energia de origem renovável (ESRS E1-5);

- ➔ **Estratégia de descarbonização:** a empresa dispõe, atualmente, de duas viaturas e sete equipamentos elétricos, contribuindo para a redução das emissões diretas de gases com efeito de estufa e para a melhoria da eficiência energética operacional (ESRS E1-3);
- ➔ **Sensibilização Ambiental:** foram realizadas diversas ações, eventos e visitas, que envolveram um total de 8 184 participantes, conforme detalhado no Capítulo 5 – Comunicação e Imagem. Estas iniciativas contribuíram, de forma significativa, para o reforço da literacia e da sensibilização ambiental junto dos diferentes públicos-alvo, promovendo comportamentos mais sustentáveis e uma maior consciencialização para os desafios ambientais (ESRS E5-2);

- **Boas Práticas de Gestão de Resíduos:** reforçamos também a formação interna, envolvendo 124 trabalhadores. Esta iniciativa teve como objetivo promover uma cultura organizacional mais sustentável, capacitando as equipas para a correta separação, acondicionamento e encaminhamento de resíduos, bem como para a adoção de práticas de redução e reutilização (ESRS E5-2);
- **Gestão de Emissões e Controlo da Contaminação:** em 2025, foi realizada a quantificação das emissões e remoções de GEE relativas a 2024, no âmbito da gestão de risco (cf. ponto 2.4), com vista ao apuramento da pegada de carbono da **MUSAMI**. Adicionalmente, foram tratados 18 746 m³ de águas lixivantes por osmose inversa, com posterior encaminhamento para o coletor municipal, assegurando a mitigação de impactos ambientais e a conformidade legal aplicável (ESRS E1-3);
- **Captação de águas subterrâneas:** durante o ano de 2025, a extração de água subterrânea a partir do furo PZ1-**MUSAMI**, devidamente licenciada ao abrigo do Alvará n.º CA-SUB/2018/01, totalizou 9 042 m³. Esta captação assegurou a continuidade operacional da atividade da empresa, garantindo autonomia no abastecimento hídrico, maior resiliência face a eventuais constrangimentos no fornecimento público e uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis (ESRS E3-2);
- **Aproveitamento dos Resíduos Verdes:** é realizada a valorização integral de resíduos verdes através da produção de substrato orgânico 100% de origem vegetal, certificado pela KIWA SATIVA para agricultura biológica (certificação renovada anualmente). Este processo assegura a conformidade técnica e regulamentar, promove a circularidade de recursos e garante elevados padrões de qualidade do produto (ESRS E5-1);
- **Reconhecimento de Carbono Evitado:** A Sociedade Ponto Verde emitiu uma Declaração Oficial de Pegada de Carbono Evitada, atestando que a **MUSAMI** evitou a emissão de 619.24 KgCO₂e, correspondendo a menos 6.19 mil km percorridos por veículo ligeiro (ESRS E1-7).

3.3.2. SOCIAL

Como forma de reforçar o compromisso com os seus trabalhadores, parceiros e com a comunidade envolvente, foram desenvolvidas e monitorizadas as seguintes ações:

- **Desenvolvimento Profissional:** a empresa mantém um sistema de progressão na carreira baseado numa tabela remuneratória única e num sistema de avaliação de desempenho. Em 2025, manteve-se um plano anual de formação, onde os trabalhadores sugeriram áreas de interesse. Verificou-se um elevado nível satisfatório

dos trabalhadores relativamente às ações de formação realizadas, refletindo o investimento contínuo na técnica e no reforço de competências internas. A satisfação das ações de formação atingiu 75%, evidenciando o reconhecimento dos trabalhadores quanto à qualidade e relevância das formações promovidas (ESRS S1-2; ESRS S1-10);

- **Saúde e Bem-Estar:** a **MUSAMI** dispõe de um serviço de medicina interna, que proporciona acesso regular a consultas e exames médicos, promovendo a prevenção e o acompanhamento de saúde ocupacional. Complementarmente, é disponibilizado um seguro de saúde, reforçando o cuidado integral dos trabalhadores. Em 2025, a empresa manteve e consolidou um conjunto de parcerias nas áreas da saúde, desporto, cuidados pessoais e serviços financeiros, constituindo uma mais-valia para os trabalhadores e as suas famílias, facilitando o acesso a serviços com condições vantajosas e contribuindo para o seu bem-estar geral, enquanto promove uma ligação positiva à comunidade local (ESRS S1-1);
- **Igualdade e Inclusão:** a **MUSAMI** promove a igualdade de oportunidades no acesso a funções e à progressão profissional, procurando valorizar o talento interno e incentivar o desenvolvimento de carreira dentro da mesma. Sempre que aplicável, as oportunidades de recrutamento são partilhadas internamente, permitindo que os trabalhadores manifestem interesse e se candidatem às funções disponíveis (ESRS S1-1);
- **Criação de Emprego:** em 2025, foram criados 34 postos de trabalho, contribuindo para o crescimento da empresa e para a dinamização do emprego na Região (ESRS S1-1);
- **Responsabilidade Social:** são promovidas diversas ações de responsabilidade social. Em 2025, procedeu-se à doação de 9 360 litros de leite, 2 560 kg de produtos hortofrutícolas, e a doação de 123 toneladas de substrato orgânico ao projeto de inserção solidária “BIOKairós – Agricultura em Modo de Produção Biológica”, da Kairós – Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária (ESRS S3-4);
- **Saúde e Segurança no Trabalho:** foram realizadas verificações de equipamentos de trabalho e promovidas formações internas no âmbito da saúde e segurança no trabalho a todos os trabalhadores. Além disso, foram efetuados dois inquéritos e 23 reuniões de participação com o objetivo de auscultar os trabalhadores e melhorar o desempenho nestas matérias. Das reuniões de participação, resultaram 81 sugestões de melhoria (ESRS S1-1);
- **Satisfação dos trabalhadores:** é realizado um inquérito anual para apurar a satisfação dos trabalhadores. No ano 2025, a taxa de resposta foi de cerca de 82%

(98% em 2024), com um nível de satisfação global de aproximadamente 74% (70% em 2024). As sugestões efetuadas são abertas em plataforma interna, para avaliação pela Direção (ESRS S1-2; ESRS S1-3);

- **Satisfação dos clientes:** é realizado um inquérito anual para avaliação da satisfação dos clientes. Em 2025, a taxa de resposta foi acima de 14%, registando-se um nível de satisfação global superior a 72%. Os comentários e sugestões recolhidos são registados em plataforma interna e analisados pela Direção Geral, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e reforçar a qualidade dos serviços prestados (ESRS S4-2 e S4-4);
- **Satisfações de fornecedores:** à semelhança dos clientes, é realizado um inquérito anual aos fornecedores com impacto na atividade da **MUSAMI**. Em 2025, registou-se uma taxa de resposta de cerca de 22%, superior à verificada em 2024 (18%) e um nível médio de satisfação de aproximadamente 90% (89% em 2024), evidenciando uma perceção globalmente positiva da relação estabelecida (ESRS 2 SBM-2).

3.3.3. GOVERNANÇA

A gestão da **MUSAMI** é orientada pela transparência, integridade e conformidade legal, sendo reforçada por um conjunto de práticas e instrumentos:

- **Código de Conduta e Ética:** neste código são definidos padrões de conduta que promovem um ambiente íntegro e respeitoso, independentemente do cargo ou categoria do trabalhador (ESRS G1-1);
- **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas:** foi elaborado o relatório anual, tendo o mesmo sido divulgados aos trabalhadores e no site institucional. De igual forma, foi feita formação interna a 143 trabalhadores, em 2025 (ESRS G1-3);
- **Canal de Denúncias:** é disponibilizado aos trabalhadores e terceiros, de modo a assegurar a apresentação e tramitação de denúncias com total confidencialidade, não tendo sido registadas ocorrências em 2025 (ESRS G1-3);
- **Ecogestor:** é uma ferramenta de apoio utilizada para assegurar o cumprimento da legislação, reforçando o compromisso da empresa (ESRS G1-1);
- **Parcerias Estratégicas:** a **MUSAMI** participa ativamente em associações, como a APQ, GRACE, A.E.S.A., ESGRA e ISWA, sendo, ainda, subscritora da Cartilha de Sustentabilidade dos Acores, contribuindo para o alinhamento das práticas sustentáveis com as melhores referências do setor (ESRS G1-1);

- **Controlo Interno e Auditorias:** são realizadas auditorias internas e externas regularmente, assegurando a transparência dos processos e otimizando o uso dos recursos (ESRS G1-1);
- **Reconhecimentos e Projetos Estratégicos:** o "Ecoparque – Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da ilha de São Miguel" foi reconhecido como Projeto de Interesse Regional, com validade até 30 de abril de 2027. Este projeto de investimento apresenta um impacto positivo ao nível da produção de bens e serviços, introduzindo processos produtivos inovadores tanto a nível empresarial quanto regional, bem como permitindo a criação de postos de trabalho (ESRS G1-1);
- **Estudos e inovação:** o substrato **SO-MUSAMI** tem sido objeto de diversos estudos. Em 2025, fez parte de um projeto de recuperação de solos com a aplicação de doses maciças de composto **SO-MUSAMI**. Este acompanhamento serve para analisar resultados e aprofundar o conhecimento sobre os benefícios que este composto orgânico pode trazer tanto à saúde dos solos, como ao potencial aumento de produtividade do que neles é plantado ou semeado (ESRS G1-1);
- **Cibersegurança:** a empresa tem implementada uma ferramenta de proteção digital que deteta ameaças no correio eletrónico. Além disso, foi promovida uma ação de sensibilização sobre "chamadas silenciosas", promovendo uma cultura organizacional mais resiliente contra ciberameaças. Também foi feito o reforço e melhoria da capacidade de resiliência a ataques informáticos, através da substituição da firewall da Sede e dos Ecoparques I e II por sistemas de maior capacidade, e também foi instalada uma firewall no Ecoparque III, protegendo assim todos os pontos de acesso com o exterior. Foram instaladas soluções de EndPoint (antivírus) em todos os computadores, da mesma marca da firewall, permitindo, assim, analisar e cruzar uma série de informação. Por fim, foi adquirida uma solução de XDR, que se baseia em tecnologias de IA para tomar decisões automáticas e semiautomáticas do tratamento da informação e prevenção imediata de ataques informáticos (ESRS G1-1);
- **Contratos com Entidades Gestoras:** foram feitos contratos com diferentes Entidades Gestoras de Resíduos licenciadas em Portugal, nomeadamente, com a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde e a Eletrão, por um período de 10 anos, compreendido entre 2025 e 2035. Estas entidades asseguram a recolha, valorização e/ou encaminhamento adequado de fluxos específicos de resíduos, para reciclagem ou tratamento (ESRS G1-1);
- **Fundos Europeus:** foi aprovada a candidatura da segunda fase do projeto Ecoparque da Ilha de São Miguel ao Programa Operacional Açores 2030 (ESRS G1-1).

4

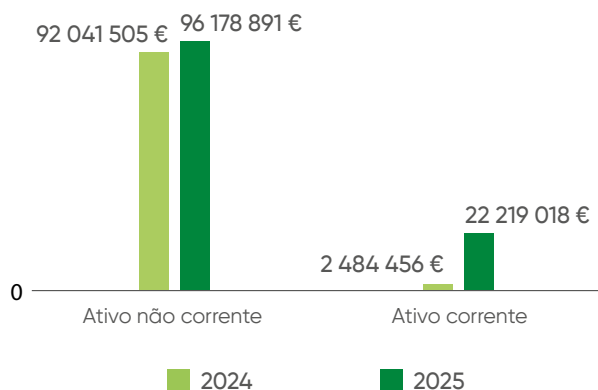
Análise Económica e Financeira



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

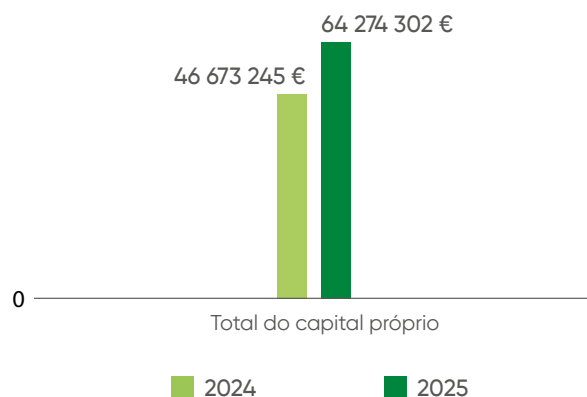
ATIVO

118 397 909 €



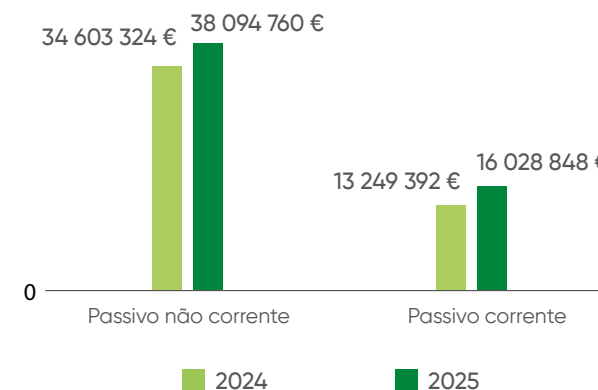
CAPITAL PRÓPRIO

64 274 302 €



PASSIVO

54 123 607 €



No exercício de 2025, a **MUSAMI** prosseguiu o processo de consolidação do seu modelo operacional e financeiro, refletindo-se numa evolução positiva dos principais indicadores económicos, apesar de um contexto marcado por pressões ao nível dos encargos financeiros e do aumento das depreciações associadas ao reforço do investimento realizado nos últimos anos.

O ativo total da empresa atingiu cerca de 118.4 milhões de euros, refletindo sobretudo os investimentos realizados no sistema de gestão e valorização de resíduos, com particular destaque para os ativos associados à valorização energética e ao tratamento de resíduos. Estes investimentos integram-se numa estratégia de modernização orientada para a melhoria da eficiência operacional e para o cumprimento das metas ambientais e regulatórias.

Do lado da estrutura financeira, o capital próprio situou-se em aproximadamente 64.3 milhões de euros, comprovando a capacidade de a empresa gerar valor e reforçar a sua solidez financeira ao longo do tempo. Paralelamente, o passivo atingiu 54.1 milhões de euros,

refletindo essencialmente os financiamentos obtidos para suportar o ciclo de investimentos. Ainda assim, a relação entre capitais próprios e capitais alheios mantém-se equilibrada, evidenciando uma estrutura financeira robusta.

Ao nível da atividade operacional, os indicadores apresentam uma dinâmica positiva, associada ao aumento da atividade e à crescente valorização dos resíduos tratados. O desempenho operacional beneficiou do contributo das infraestruturas de tratamento e valorização, bem como da otimização progressiva dos processos da empresa.

Contudo, o resultado líquido do exercício foi condicionado por fatores de natureza estrutural, nomeadamente pelo aumento das depreciações e amortizações decorrentes da entrada em exploração de novos ativos, em particular a Central de Valorização Energética (CVE), bem como pelo incremento dos encargos financeiros associados aos financiamentos contraídos para suportar o investimento.

Em termos globais, os resultados obtidos em 2025 refletem uma empresa em fase de consolidação de um ciclo de investimento significativo, no qual os benefícios operacionais

tendem a materializar-se de forma progressiva ao longo dos próximos exercícios. Neste contexto, perspetiva-se para os anos seguintes uma evolução gradual dos indicadores de desempenho económico, à medida que os ativos recentemente integrados no sistema atingem níveis mais elevados de maturidade operacional.

Com isto, a **MUSAMI** mantém uma posição sólida no setor da gestão de resíduos, com níveis consistentes de capacidade de investimento, eficiência operacional e equilíbrio financeiro, reforçando a sua capacidade de responder à crescente exigência das políticas ambientais e climáticas.



4.1. INVESTIMENTO

No exercício de 2025, o investimento realizado pela **MUSAMI** ascendeu a cerca de 8.34 milhões de euros.

Entre os principais projetos, destaca-se a Central de Valorização Energética de Resíduos (CVE), inaugurada no dia 25 de julho de 2025. A instalação encontra-se em fase de afinação e testes, tendo sido assegurada, em paralelo, a formação prática da equipa operacional pelo empreiteiro responsável. Durante este período, foi também concluída a instalação do laboratório de análises químicas, destinado ao tratamento das escórias resultantes do processo, e respetiva formação dos técnicos.

No final de 2025, a equipa operacional da CVE encontrava-se constituída, permitindo a operação contínua da instalação 24 horas por dia, sete dias por semana. Para 2026, está prevista a implementação de melhorias operacionais identificadas durante a fase de ensaios.

No âmbito das restantes intervenções realizadas ao longo do ano, destaca-se a revisão de preços definitiva da empreitada do aterro de cinzas e escórias, componente essencial do sistema associado à valorização energética de resíduos.

No Centro de Tratamento Biológico (CTB), foi instalado um equipamento abre-sacos no tapete de receção de resíduos provenientes da recolha seletiva de orgânicos, melhorando a eficiência do processo de tratamento.

Adicionalmente, foi instalado um tapete transportador destinado ao encaminhamento da fração de refugo proveniente do Centro de Tratamento Mecânico (CTM) para a fossa de resíduos da Central de Valorização Energética (CVE), reforçando a integração entre as diferentes unidades do sistema e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos fluxos de resíduos.

I. EMPREITADAS EM CURSO

À data de 31 de dezembro de 2025, encontravam-se ainda em curso trabalhos associados à implementação de melhorias e ajustamentos operacionais na Central de Valorização Energética (CVE).

4.2. RENDIMENTOS E GASTOS

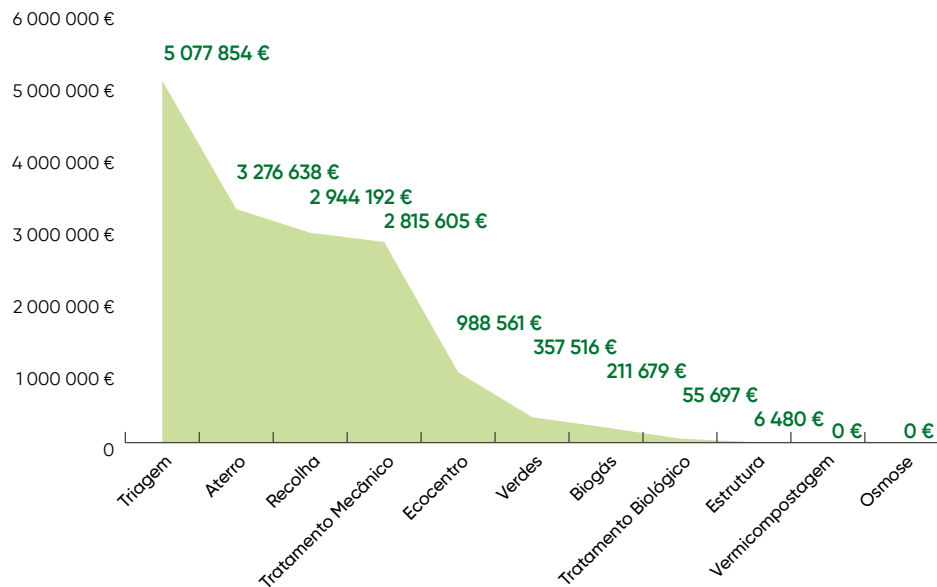
I. VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2025, a **MUSAMI** registou um volume de negócios de 15 734 221 euros, um crescimento de 50% face a 2024 (10 485 020 euros). Este desempenho resultou da atualização anual das tarifas de resíduos indiferenciados, das contrapartidas financeiras e da comparticipação do transporte marítimo na gestão de resíduos de embalagens, combinados com o aumento do volume de resíduos seletivos tratados em detrimento dos resíduos indiferenciados.

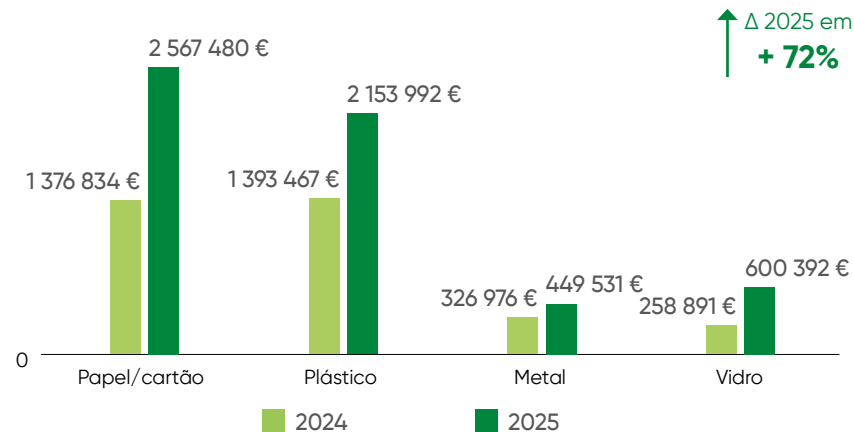
Euros	2024	2025	Var. (%)
Gestão de indiferenciado	3 869 606	5 904 315	53%
Recolha RU (indiferenciados e seletivos)	2 466 411	2 944 192	19%
Valorização de embalagem	3 356 168	5 771 395	72%
Valorização de outros resíduos	643 366	817 603	27%
Outras Receitas	149 468	296 715	99%
Total	10 485 020	15 734 221	50%

A gestão de resíduos indiferenciados manteve-se como a principal fonte de receita, representando 38% do total, apesar da redução do volume tratado deste tipo de resíduo. Este segmento abrange a deposição em aterro, o pré-tratamento mecânico e o encaminhamento para valorização energética.

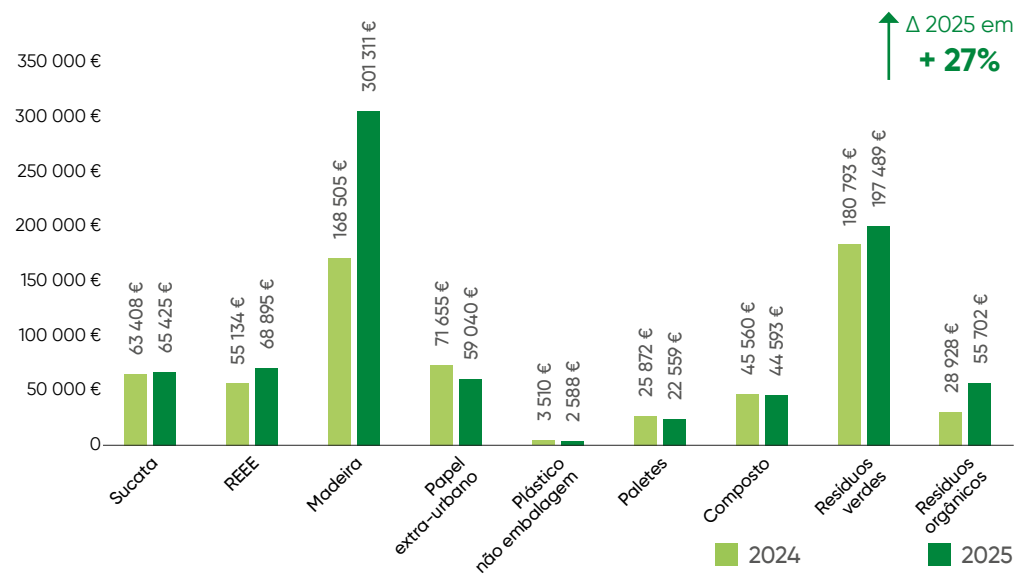
Separando os centros de negócio, a triagem de resíduos seletivos consolidou-se como a área com maior peso, representando 32% do total de receitas. Segue-se a deposição em aterro, com 21% do rédito, uma redução de 10 pontos percentuais face a 2024, consequência do encaminhamento crescente de resíduos para pré-tratamento no CTM ou para valorização energética na CVE.



A valorização de resíduos de embalagem registou um aumento de 72%, mais 2.94 milhões de euros que em 2024, refletindo tanto o crescimento do volume tratado como a atualização da tarifa. O papel/cartão foi a fração predominante, correspondendo a 44% do total.



Na valorização de outros resíduos, a madeira destacou-se como a fração de maior relevância, representando 37% do total.



II. RENDIMENTOS

Em 2025, os rendimentos totalizaram 18 751 503 euros, sendo que o volume de negócios e a rubrica "outros rendimentos e ganhos" representam praticamente a totalidade deste montante. Nesta última, destaca-se a imputação do subsídio ao investimento do POSEUR, com 1 937 021 euros reconhecidos em rendimentos do exercício. Adicionalmente, iniciou-se a imputação do subsídio do PO Açores 2030, no valor total de 645 478 euros.

Euros	2024	2025	Var. (%)
Vendas e serviços prestados	10 485 020	15 734 221	50%
Variação da produção	40 419	78 503	94%
Reversões perdas por imparidade	187	120	-36%
Aumentos/reduções de justo valor	1 295	380	-71%
Outros rendimentos e ganhos	1 693 672	2 938 279	73%
Total	12 220 594	18 751 503	53%

A rubrica de outras receitas integra, entre outros, a venda de eletricidade produzida a partir do biogás do aterro e da valorização energética resultante da queima de resíduos.

III. ESTRUTURA DE GASTOS

A estrutura de gastos da MUSAMI totalizou 18 254 276 euros em 2025, correspondendo a um aumento de 55% face a 2024, conforme apresentado no quadro seguinte.

Euros	2024	2025	Var. (%)
CMVMC	14 542	50 555	248%
FSE	4 803 337	5 926 653	23%
Gastos com pessoal	3 729 332	5 186 012	39%
Amortizações	1 771 273	4 201 378	137%
Perdas por imparidade	1 073	1 881	75%
Provisões/Ajustamentos	600 000	1 528 000	155%
Outros gastos e perdas	71 278	80 878	13%
Gastos e perdas de financiamento	783 449	1 278 917	63%
Total	11 774 284	18 254 276	55%

Em termos absolutos, o principal acréscimo registou-se na rubrica de depreciações do exercício, refletindo a entrada em funcionamento da Central de Valorização Energética (CVE).

Verificou-se igualmente um aumento nas despesas com o pessoal, associado à atualização salarial e ao reforço de recursos humanos necessários à operação da nova instalação.

O montante registado em provisões/ajustamentos corresponde ao reforço das provisões destinadas à selagem das duas células do Ecoparque II e à sua união, estimando-se um custo total de 5.20 milhões de euros, a incorrer até ao final de 2028.

No que se refere aos processos judiciais em curso em que a MUSAMI é ré, cujo valor global ascende a 2 088 616.31 euros, a Gestão considera que não existirão desembolsos no seu desfecho, exceto quanto ao montante de 251 031.14 euros que se encontra aprovisionado nas contas.

4.3. TESOURARIA

I. RECEBIMENTO DE CLIENTES

No final de 2025, a dívida de clientes ascendia a 1 935 876 euros, correspondendo a um aumento de 116% face a 2024. Deste montante, 593 mil euros encontram-se vencidos, sendo que 250 mil euros apresentam antiguidade superior a 90 dias. A empresa mantém os esforços de cobrança, prevendo a recuperação destes valores dentro da normalidade.

O prazo médio de recebimentos aumentou para 51 dias, influenciado sobretudo por valores relativos a débitos de despesas a terceiros, ainda em processo de regularização.

O grupo de clientes "retomadores" representa mais de 50% da dívida total, dos quais apenas 17% se encontram vencidos, evidenciando um cumprimento generalizado dos prazos de pagamento. Situação semelhante verifica-se no grupo "municípios". No conjunto, os valores vencidos representam 31% da dívida total.

Euros	2024	2025	Var. €	Var. (%)
Valor de Clientes por Receber	895 647	1 935 876	1 040 229	116%
Dívida de Municípios	231 070	469 070	238 000	103%
Vencido	-	36 994	36 994	-
Dívida de Particular	8 838	9 017	179	2%
Vencido	8 205	8 717	512	6%
Dívida de Empresas	158 236	468 143	309 907	196%
Vencido	82 975	381 813	298 838	360%
Dívida de Retomadores	497 503	989 645	492 142	99%
Vencido	2 003	165 022	163 019	8 139%
Clientes Cobrança Duvidosa	22 187	23 813	1 626	7%

No âmbito dos esforços de cobrança, que ascenderam a 6.8 milhões de euros, a **MUSAMI** conseguiu recuperar 5.6 milhões de euros, atingindo uma taxa de sucesso de 83%.

II. PAGAMENTO A FORNECEDORES

Em 2025, o prazo médio de pagamentos fixou-se em 43 dias, em linha com os procedimentos concursais que, na sua maioria, estabelecem prazos de 60 dias.

Apesar do elevado volume de investimentos, a empresa manteve uma gestão financeira rigorosa, assegurando que os pagamentos são efetuados dentro do prazo de vencimento. As únicas exceções ocorrem em situações de divergência com terceiros, nas quais os montantes podem ser temporariamente retidos até à respetiva regularização.

III. FINANCIAMENTOS

Em 2025, a MUSAMI manteve financiamentos de médio e longo prazo destinados a suportar a componente do projeto “Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Ilha de São Miguel” não participada pelo fundo comunitário POSEUR e pelo PO Açores 2030.

O primeiro empréstimo, no montante de 11 000 000 euros, apresenta um prazo de 144 meses e inclui um período de carência de capital remanescente de um ano, com o início das amortizações em 2027, através de prestações trimestrais.

Paralelamente, mantém-se a operação de crédito obtida no âmbito da Operação Portugal 2030, no valor de 14 263 069 euros e com prazo de 180 meses, a qual contempla um período de carência de capital de três anos, estando o início das amortizações previsto para 2028, através de prestações semestrais.

Adicionalmente, a MUSAMI dispõe de um financiamento de curto prazo no montante de 10 000 000 euros, cuja liquidação está prevista para outubro de 2026.

4.4. RESULTADOS

A **MUSAMI** registou um resultado líquido de 159 241 euros, em 2025, correspondente a uma redução de 47% face ao ano anterior. Pelo contrário, o seu resultado operacional apresentou um desempenho positivo, com um incremento de 546 mil euros.

Estes resultados demonstram que, embora a empresa tenha melhorado a sua eficiência operacional, o efeito combinado das depreciações acrescidas e dos gastos financeiros associados aos financiamentos exerceu uma pressão negativa sobre o lucro do exercício.

Euros	2024	2025	Var (%)
Resultado Operacional	1 229 759	1 776 144	44%
Resultado Antes de Impostos	446 310	497 227	11%
Resultado Líquido	300 255	159 241	-47%

5

Comunicação e Imagem



5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O plano de comunicação da **MUSAMI** para o triénio de 2023 a 2025 teve como objetivo contribuir para o aumento da recolha seletiva de resíduos, nas suas variadas tipologias, bem como para o crescimento da literacia ambiental do seu público-alvo, no caso a população micaelense, em geral (ESRS 2 SBM-1).

Outro objetivo primordial passa por divulgar os resultados da empresa, em relação às exigências e metas europeias, para a reciclagem de resíduos e para a redução da deposição em aterro.

Em 2025, com a inauguração da Central de Valorização Energética notou-se um crescente interesse de visitas técnicas ao Ecoparque.

Surgiu, ainda, a procura de visitas às nossas instalações por parte grupos empresariais e movimentos político-partidários, de modo a conhecerem o que é feito e de que forma é feito pela empresa, naquilo que se pode apelidar de “arranque do turismo de resíduos” em São Miguel.

Ademais, foram consistentes os números relativos aos pedidos de ações de sensibilização e formação por parte da comunidade escolar, outras entidades e também empresas.

No seu todo, foram 72 as visitas ao Ecoparque, com um total de 1 671 visitantes, às quais se juntam 59 ações de sensibilização em escolas, abrangendo 3 180 alunos de 98 turmas, e, ainda, um total de 18 sessões de formação e sensibilização para empresas e instituições, alcançando 475 pessoas de 6 entidades.

Todas estas formas de comunicação e sensibilização foram promovidas e divulgadas, através das redes sociais e meios de Comunicação Social regionais, para além do envio de e-mails, dirigidos aos diversos estabelecimentos de ensino da ilha.

Com o contínuo crescimento da empresa, notou-se também um incremento das necessidades de contratação. Neste sentido, foram divulgadas diversas ofertas de emprego nas suas redes sociais, com considerável alcance.

A **MUSAMI** assinalou diversas datas marcantes, relacionadas com as temáticas das boas práticas ambientais e de gestão de resíduos, ao longo do ano, através de um total de 120 publicações, nas páginas da empresa, em quatro diferentes redes sociais.

Estas e outras curiosidades foram lançadas para reflexão em formato de posts, com vista a despertar a população para a importância da redução do consumo e separação dos resíduos, importantes para a sustentabilidade do planeta.

Além das ações contínuas, destacam-se os seguintes eventos e projetos específicos:

- Presença na Feira da Segurança Infantil, promovida pela esquadra da PSP da Ribeira Grande, realizada na Escola Gaspar Frutuoso – EBI Ribeira Grande, entre 6 e 9 de maio, alcançando 624 alunos. A temática de 2025 escolhida pela **MUSAMI** foi: “Conectando Consciências: Uso Responsável da Internet e Cuidados com Resíduos Eletrónicos”;
 - Participação nas comemorações do Dia Nacional da Agricultura (14 de maio) promovidas pela Associação Agrícola de São Miguel, onde o RPI abordou as boas práticas da gestão de resíduos, dando maior ênfase aos processos de compostagem e promoção do **SO-MUSAMI**. No âmbito destas comemorações, estiveram presentes no espaço do evento 2 800 crianças;
 - Presença na “Feira da Saúde”, a convite da EBI da Povoação, realizada no pavilhão multiusos das Furnas, no dia 15 de maio, onde estiveram presentes cerca de 200 alunos, de idades entre os 4 e os 15 anos;
 - No dia 30 de maio, na EBS de Lagoa, celebrou-se o Dia Mundial da Energia, no qual a **MUSAMI** esteve presente, onde evidenciou o “R” de Recuperar, explanando o potencial dos resíduos como matéria-prima também para a produção de energia, no nosso contexto, por meio do biogás e central de valorização energética.
- Ao longo do ano, a **MUSAMI** manteve uma comunicação ativa e transparente, através de:
- Boletins internos, a revista Valorizar e infográficos com dados sobre a produção, gestão e valorização de RSU;
 - Divulgação do relatório “Pegada de Carbono da **MUSAMI** – Quantificação de emissões e remoções de GEE”, referente a 2024;
 - Atualizações frequentes no site e redes sociais, promovendo boas práticas ambientais e informações relevantes para a comunidade.

Mensagem do Presidente

1 A MUSAMI

2 Atividade da Empresa

3 Estratégia de Sustentabilidade

4 Análise Económica e Financeira

5 Comunicação e Imagem

6 I&D e Inovação

7 Perspetivas para o futuro

8 Aplicação de resultados

9 Anexo: Demonstrações financeiras

10 Certificação Legal das contas

6 I&D e inovação





6. I&D E INOVAÇÃO

O Projeto Biovalor foi um dos cinco melhores projetos na 14ª Edição do Prémio Nacional de Agricultura, o que demonstra bem o interesse que revela. A par com o fim do ciclo experimental com a produção de milho forrageiro, com resultados excelentes, iniciou-se um novo ciclo de ensaios, destinados a verificar a capacidade de recuperar solos com muito baixa capacidade agrícola.

Foram escolhidos dois locais em que os produtores manifestavam dificuldade em fazer progredir culturas e adotou-se uma metodologia para essa recuperação que passa por uma avaliação do estado inicial, com análises ao solo e respetiva caracterização. De seguida, delineou-se um plano de incorporação de **SO-MUSAMI** no solo, respeitando as condições naturais e de drenagem do terreno.

Procedeu-se à instalação da cultura e, após a colheita, será realizada uma medição da produção e produtividade e nova análise do solo para verificar a alteração estrutural atingida.

Este ensaio ainda decorre e será muito importante para avaliar a capacidade de recuperar solos improdutivos para uma nova vida produtiva.

Por outro lado, a entrada em funcionamento da Central de Valorização Energética (CVE) traz um novo campo de investigação sobre a capacidade de minerar as escórias, por forma a recuperar diversos metais com valor (ouro, prata, cobre, paládio, ferro, alumínio, zinco, chumbo) que se encontram retidos nas escórias e que, embora em pequenas quantidades, têm um valor significativo e densificam a circularidade destas instalações. Decorrem, neste momento, os primeiros testes de avaliação da incorporação destes metais nestas escórias.

Ademais, continua em progresso o processo de instalação para aferição de resultados por IA na Triagem, a fim de melhorar a informação sobre o que se está a passar na linha e poder-se fazer intervenções de gestão imediatas. Prepara-se a adjudicação e a instalação será realizada em 2026 (ESRS 2 SBM-1).

7 Perspetivas para o Futuro



7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Até 2028, devemos estabilizar todos os procedimentos e otimizações das infraestruturas do Ecoparque da Ilha de São Miguel. Por ser um projeto integrado, com todas as instalações em pleno funcionamento, o desempenho deverá melhorar significativamente.

A adoção de um robô de IA na triagem, que deverá estar instalado até 2028, permitirá resolver um dos problemas destas instalações, que consiste na incapacidade de captar todas as embalagens presentes na linha, deixando passar para refugo algumas que ainda representam uma fração apreciável. Este robô retirará do fim da linha todas as embalagens que antes iriam para refugo e que, assim, retornam à linha para classificação.

Todos estes passos são essenciais para o progresso da meta de reutilização e reciclagem, que terá um grande desafio em 2030.

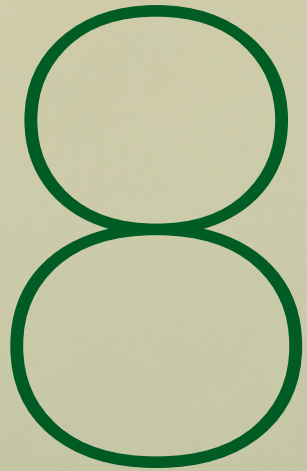
No próximo ano, deverá ser disponibilizada mais informação sobre a classificação pretendida para os resíduos têxteis, que permitirá desenhar um sistema de recolha e uma instalação de classificação, de acordo com os objetivos.

O contributo dos resíduos têxteis para a meta é determinante, pois foi definida pensando que este fluxo atingia os objetivos, o que vai ser difícil já que todo o processo regulatório atrasou muito.

O progresso das recolhas porta-a-porta no território deve ser verificável até 2028, tendo por esta altura que ser equacionado um sistema PAYT, a implementar pelas Câmaras Municipais até 2030.

Muitos desenvolvimentos do setor estão pendentes de quadros regulatórios e de efeitos incertos da instabilidade geopolítica. Mas, o certo, é que continuaremos a trabalhar com total empenho em fazer crescer a economia circular na Ilha de São Miguel (ESRS 2 SBM-1).





Aplicação de Resultados



8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2025, no valor de 159 241 euros, tenha a seguinte aplicação:

Euros	2025
Reserva Legal	119 404.00
Reservas livres	39 837.08
Total	159 241.08

Ribeira Grande, 24 de março de 2026

O Presidente do Conselho de Administração

Nelson António Rosa dos Santos

1.º Vogal

António Miguel Borges Soares

2.º Vogal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

SUMÁRIO DE CONTEÚDO NORMAS ESRS

Norma	Requisito de divulgação	Nome do requisito	Capítulos	Página(s)
ESRS 2	IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	3.2.	31
ESRS 2	SBM-1	Estratégia, modelo de negócios e cadeia de valor	1.3.; 5.; 6.; 7.	11; 52; 54;56
ESRS 2	SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	1.2; 3.1.; 3.3.2.	10; 29; 44
ESRS 2	GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	1.4.	13
ESRS 2	GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	1.6.	15
ESRS S1	1	Políticas relacionadas com a própria mão de obra	3.3.2.	43
ESRS S1	2	Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	3.3.2.	43; 44
ESRS S1	3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	3.3.2.	43; 44
ESRS S1	10	Salários adequados	1.6.; 3.3.2.	15;43
ESRS S1	13	Formação e desenvolvimento de competências	1.6.	15
ESRS S1	14	Saúde e segurança	1.6.	15
ESRS S3	4	Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	3.3.2.	44
ESRS S4	2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	3.3.2.	44
ESRS S4	4	Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	3.3.2.	43
ESRS E1	3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas - Métricas e metas	3.3.1.	43
ESRS E1	7	Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	3.3.1.	43
ESRS E3	2	Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	3.3.1.	43
ESRS E5	1	Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	2.2.; 3.3.1.	18-22; 42-43
ESRS E5	2	Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	3.3.1.	43
ESRS E5	4	Entradas de recursos	2.3.	23
ESRS E5	5	Saídas de recursos	2.2.; 2.3.; 3.3.1.	18-23; 42
ESRS G1	1	Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	3.3.3.	44
ESRS G1	3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	3.3.3.	44



Anexo: Demonstrações Financeiras



9. ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Notas	31-dez-25	31-dez-24
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	96 135 879.57	91 845 516.24
Activos intangíveis	8	43 011.43	174 291.62
Outros investimentos financeiros	9		21 696.67
		96 178 891.00	92 041 504.53
Activo corrente			
Inventários	10,28	52 096.16	68 322.35
Clientes	11	1 914 094.83	875 627.00
Estado e outros entes públicos	12	804.81	220 763.89
Outros créditos a receber	13	8 157 975.40	1 128 229.36
Diferimentos	14	27 798.65	10 504.42
Caixa e depósitos bancários	5,15	12 066 248.26	181 009.29
		22 219 018.11	2 484 456.31
Total do activo		118 397 909.11	94 525 960.84

Contabilista Certificado:

Ana Cunha

Conselho de administração:

Nelson Santos
António Soares
Graça Melo

Rubricas	Notas	31-dez-25	31-dez-24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	8 800 000.00	8 684 000.00
Reservas legais	17	342 370.00	215 916.00
Outras reservas	17	57 801.25	
Resultados transitados	18	1 436 696.54	1 436 696.54
Ajustamentos / Outras variações no CP	19	53 478 193.05	36 036 376.74
		64 115 060.84	46 372 989.28
Resultado líquido do período	36	159 241.08	300 255.25
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		64 274 301.92	46 673 244.53
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	20	4 628 000.00	3 100 000.00
Financiamentos obtidos	21	25 263 069.00	25 263 069.00
Passivos por impostos diferidos	19,22	37 829.22	41 811.24
Outras dívidas a pagar	23	8 165 861.32	6 198 443.66
		38 094 759.54	34 603 323.90
Passivo corrente			
Fornecedores	24	1 080 267.17	902 465.39
Estado e outros entes públicos	12	402 290.37	257 813.43
Financiamentos obtidos	21	10 000 000.00	3 000 000.00
Outras dívidas a pagar	23	4 546 290.11	9 089 113.59
		16 028 847.65	13 249 392.41
Total do passivo		54 123 607.19	47 852 716.31
Total do capital próprio e do passivo		118 397 909.11	94 525 960.84

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	31-dez-25	31-dez-24
Vendas e serviços prestados	25	15 734 220.74	10 485 020.11
Variação nos inventários da produção	26	78 502.92	40 419.21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	- 50 555.44	- 14 541.84
Fornecimentos e serviços externos	28	-5 926 653.06	-4 803 337.06
Gastos com o pessoal	29	-5 186 012.37	-3 729 331.91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	30	- 1 760.90	- 885.99
Provisões (aumentos/reduções)	20	-1 528 000.00	- 600 000.00
Aumentos/reduções de justo valor	31	379.78	1 295.48
Outros rendimentos	32	2 938 279.27	1 693 671.68
Outros gastos	33	- 80 878.48	- 71 277.82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 977 522.46	3 001 031.86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8,34	-4 201 378.13	-1 771 273.29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 776 144.33	1 229 758.57
Juros e gastos similares suportados	35	-1 278 917.17	- 783 449.05
Resultado antes de impostos		497 227.16	446 309.52
Imposto sobre o rendimento do período	12	- 337 986.08	- 146 054.27
Resultado líquido do período	36	159 241.08	300 255.25

Contabilista Certificado:

Ana Cunha

Conselho de administração:

Nelson Santos
António Soares
Graça Melo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 2025

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2024	1	8 284 000.00	187 524.92		1 397 284.67	30 652 876.35	567 802.95	41 089 488.89
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Saldo inicial reexpresso		8 284 000.00	187 524.92		1 397 284.67	30 652 876.35	567 802.95	41 089 488.89
Alterações no Período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17,18,19		28 391.08		39 411.87	5 383 500.39	- 567 802.95	4 883 500.39
	2		28 391.08		39 411.87	5 383 500.39	- 567 802.95	4 883 500.39
Resultado Líquido do Período	3 36						300 255.25	300 255.25
Resultado Integral	4 = 2+3					5 383 500.39	- 267 547.70	5 183 755.64
Operações com Detentores de Capital no Período								
Realizações de capital	16,17,18	400 000.00						400 000.00
	5	400 000.00						400 000.00
Posição no fim de 2024	6 = 1+2+3+5	8 684 000.00	215 916.00		1 436 696.54	36 036 376.74	300 255.25	46 673 244.53
Posição no início de 2025	6	8 684 000.00	215 916.00		1 436 696.54	36 036 376.74	300 255.25	46 673 244.53
Alterações no Período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17,18,19		126 454.00	57 801.25		17 441 816.31	- 300 255.25	17 325 816.31
	7		126 454.00	57 801.25		17 441 816.31	- 300 255.25	17 325 816.31
Resultado Líquido do Período	8 36						159 241.08	159 241.08
Resultado Integral	9 = 7+8					17 441 816.31	- 141 014.17	17 485 057.39
Operações com Detentores de Capital no Período								
Realizações de capital	16,17,18	116 000.00						116 000.00
	10	116 000.00						116 000.00
Posição no fim de 2025	11 = 6+7+8+10	8 800 000.00	342 370.00	57 801.25	1 436 696.54	53 478 193.05	159 241.08	64 274 301.92

Contabilista Certificado:

Ana Cunha

Conselho de administração:

Nelson Santos
António Soares
Graça Melo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Rendimentos e Gastos	Notas	31-dez-25	31-dez-24
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		15 439 038.02	10 676 885.75
Pagamentos a fornecedores		-6 414 807.48	-4 829 060.20
Pagamentos ao pessoal		-4 723 338.30	-3 534 038.15
Caixa gerada pelas operações		4 300 892.24	2 313 787.40
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-239 537.19	-89 908.43
Outros recebimentos / pagamentos		95 278.27	453 939.52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 156 633.32	2 677 818.49
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-12 131 584.58	-27 022 593.73
Activos intangíveis		-30 000.00	-30 000.00
		-12 161 584.58	-27 052 593.73
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		22 076.45	11 364.16
Subsídios ao investimento		14 207 142.32	3 966 751.09
		14 229 218.77	3 978 115.25
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		2 067 634.19	-23 074 478.48
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		12 100 000.00	17 263 069.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 100 000.00	
Juros e gastos similares		-1 268 353.54	-697 772.97
Dividendos		-70 675.00	-61 000.00
		-6 439 028.54	-758 772.97
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		5 660 971.46	16 504 296.03
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		11 885 238.97	-3 892 363.96
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		181 009.29	4 073 373.25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,15	12 066 248.26	181 009.29

Contabilista Certificado:

Ana Cunha

Conselho de administração:

Nelson Santos
António Soares
Graça Melo

ANEXO

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos nas NCRF.

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

“MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA”, adiante designada por “MUSAMI”.

1.2. Sede

Rua Eng.º Arantes e Oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande.

1.3. Natureza da atividade

A “MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, S.A.” é uma empresa intermunicipal constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental. Acessoriamente, a MUSAMI poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto. A MUSAMI assumiu a totalidade da gestão do Parque de Resíduos e Aterro da Ilha de São Miguel a partir de janeiro de 2013.

1.4. Designação da Entidade – Mãe:

“AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”

1.5. Sede da Entidade – Mãe:

Rua Eng.º Arantes e Oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande.

1.6. Período de relato:

O período de relato é de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2025.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas

internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não aplicável ao período de relato.

4. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

4.2. Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a MUSAMI continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

4.3. Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos em que ocorrem. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” (Nota 13, 14 e 23).

4.4. Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras apresentam consistência de um período para o outro, tanto ao nível da apresentação quanto dos movimentos contabilísticos que as originam, salvo em casos de alterações significativas na sua natureza. Quando tais alterações ocorrem, são devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Assim, é garantida a divulgação de informação fiável e relevante, proporcionando maior clareza e utilidade para os utentes.

4.5. Materialidade e agregação

A relevância da informação é determinada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas dos utentes. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.6. Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, bem como os gastos e os rendimentos, não devendo ser compensados.

4.7. Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o início de utilização dos bens pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10-50
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de Transporte	4-5
Equipamento Administrativo	3-8
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

4.8. Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos, exceto o trespasse do Ecoparque do Nordeste, que está a ser considerado com uma vida útil estimada de 10 anos.

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

4.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a MUSAMI avalia possíveis obrigações resultantes de acontecimentos passados que possam exigir reconhecimento ou divulgação. Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado e do qual seja provável que ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante reconhecido como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Por outro lado, passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. Contudo, devem ser divulgados quando a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos, mas devem ser divulgados quando for provável a existência de um influxo.

4.10. Imparidade de ativos

A **MUSAMI** avalia, à data de balanço, a existência de algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso. O justo valor menos os custos de alienação é o montante que se obteria com a venda do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores. Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização.

4.11. Inventários

As mercadorias encontram-se registadas pelo menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição abrange as despesas incorridas até ao armazenamento, sendo utilizado o FIFO como critério de mensuração, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos previstos necessários para concluir os inventários e realizar a venda. Quando o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

4.12. Rendimentos e gastos

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. A **MUSAMI** reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efetiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas diretamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado. Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

4.14. Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros que são reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado ou ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que sejam à vista ou tenham maturidade definida, os retornos sejam de montante fixo ou determinável e não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

4.15. Ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

4.16. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos ou gastos inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

4.17. Subsídios

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios que se destinam à cobertura de gastos, incorridos e registados, relacionados com o exercício corrente da empresa, são reconhecidos como rendimentos na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, sendo o seu reconhecimento efetuado à medida que os gastos são incorridos, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

4.18. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social e outros regimes de proteção social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

4.19. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário e depósitos à ordem, a prazo e caucionados. À data de relato financeiro, os depósitos caucionados não se encontram disponíveis para uso, por se tratar de retenções de empreitadas. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõe-se conforme se apresenta:

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		36 792.25	36 792.25	
Depósitos à ordem	3 547 057.26	38 373 711.76	39 289 168.35	2 631 600.67
Depósitos caucionados	526 315.99		3 202.62	523 113.37
Descobertos bancários		42 500.00	3 016 204.75	-2 973 704.75
Total Caixa e Depósitos Bancários	4 073 373.25	38 453 004.01	42 345 367.97	181 009.29

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		25 621.48	25 621.48	
Depósitos à ordem	2 631 600.67	59 707 234.88	56 412 498.92	5 926 336.63
Depósitos à prazo		20 000 000.00	20 000 000.00	
Depósitos caucionados	523 113.37	591 878.00		1 114 991.37
Descobertos bancários	-2 973 704.75	28 120 416.66	20 121 791.65	5 024 920.26
Total Caixa e Depósitos Bancários	181 009.29	108 445 151.02	96 559 912.05	12 066 248.26

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamentos com a entidade-mãe:

A **MUSAMI** tem como entidade-mãe “AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”, a qual é detentora da totalidade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

6.2. Remunerações do Pessoal-Chave de Gestão:

Não existiram remunerações ao pessoal-chave de gestão (órgãos sociais).

6.3. Transações e saldos pendentes:

A **MUSAMI** registou as seguintes transações e saldos com a entidade-mãe nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Transações	31-dez-25	31-dez-24
Entidade Mãe - AMISM		
Vendas		
Prestação de serviços	7 516.80	7 516.80
Compra de Ativos Fixos Tangíveis		
Compras de bens e serviços	22 272.00	22 272.00

Saldos	31-dez-25	31-dez-24
Entidade Mãe - AMISM		
Contas a receber		626.40
Contas a pagar		3 712.00
Entidade Mãe - AMISM		
Resultados distribuídos	72 727.27	61 000.00
Realizações de capital		

O valor em contas a receber e a pagar, referem-se, respetivamente, às rubricas de “Clientes”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar”, conforme descrito nas notas 11, 23 e 24. O valor de 30 000.00€ registado em contas a pagar resulta da aquisição do aterro sanitário do Nordeste no ano de 2017, cujo prazo de pagamento termina em 31 de agosto de 2026. O pagamento é feito em uma prestação anual de 30 000.00€ que se vence nos meses de agosto.

7. Ativos fixos tangíveis

A rubrica “Ativos fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro do ano de 2025 e de 2024:

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubricas	Saldo em 01-jan-24	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-dez-24	Valor Líquido
Custo:					
Terrenos e Recursos Naturais	2 924 767.13			2 924 767.13	2 924 767.13
Edifícios e outras construções	13 690 631.00	16 847.89	13 902 677.13	27 610 156.02	22 616 964.92
Equipamento básico	4 245 322.95	88 633.74	1 957 297.22	6 291 253.91	3 861 879.86
Equipamento de transporte	796 837.27			796 837.27	176 817.00
Equipamento administrativo	183 477.22	16 565.46	146 774.17	346 816.85	152 910.29
Outros activos fixos tangíveis	92 519.63	23 158.32	72 959.10	188 637.05	118 238.14
Investimentos em curso	45 589 075.17	32 551 344.21	-16 146 480.48	61 993 938.90	61 993 938.90
	67 522 630.37	32 696 549.62	- 66 772.86	100 152 407.13	91 845 516.24
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4 010 932.89	988 500.58	- 6 242.37	4 993 191.10	
Equipamento básico	1 832 342.20	597 031.85		2 429 374.05	
Equipamento de transporte	536 049.33	83 970.94		620 020.27	
Equipamento administrativo	142 415.89	52 120.52	- 629.85	193 906.56	
Outros activos fixos tangíveis	47 106.35	23 292.56		70 398.91	
	6 568 846.66	1 744 916.45	- 6 872.22	8 306 890.89	

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Saldo em 01-jan-25	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-dez-25	Valor Líquido
Custo:					
Terrenos e Recursos Naturais	2 924 767.13			2 924 767.13	2 924 767.13
Edifícios e outras construções	27 610 156.02	16 768.35	38 195 949.96	65 822 874.33	58 711 643.87
Equipamento básico	6 291 253.91	53 614.90	29 068 794.28	35 413 663.09	31 458 590.86
Equipamento de transporte	796 837.27			796 837.27	99 061.48
Equipamento administrativo	346 816.85	32 321.95	1 831 845.31	2 210 984.11	1 709 301.68
Outros activos fixos tangíveis	188 637.05	15 925.58	1 126 483.90	1 331 046.53	1 137 646.17
Investimentos em curso	61 993 938.90	8 242 524.76	-70 141 595.28	94 868.38	94 868.38
	100 152 407.13	8 361 155.54	81 478.17	108 595 040.84	96 135 879.57
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4 993 191.10	2 118 039.36		7 111 230.46	
Equipamento básico	2 429 374.05	1 538 525.74	- 12 827.56	3 955 072.23	
Equipamento de transporte	620 020.27	77 755.52		697 775.79	
Equipamento administrativo	193 906.56	307 775.87		501 682.43	
Outros activos fixos tangíveis	70 398.91	123 001.45		193 400.36	
	8 306 890.89	4 165 097.94	- 12 827.56	12 459 161.27	

O valor registado na rubrica “Transferências” resulta, essencialmente, da conclusão dos investimentos em curso associados à empreitada da Central de Valorização Energética e respetiva reclassificação nas rubricas contabilísticas adequadas.

Relativamente às aquisições de equipamento básico, no montante total de 53 614.90 €, estas correspondem, maioritariamente, à aquisição de um tapete transportador destinado ao encaminhamento da fração de refugo proveniente do Centro de Tratamento Mecânico para o bunker de resíduos da Central de Valorização Energética.

8. Ativos intangíveis

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubricas	Saldo em 01-jan-24	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-dez-24	Valor Líquido
Custo:					
Projectos de desenvolvimento	995 934.75			995 934.75	
Software	139 051.40		59 874.77	198 926.17	68 874.95
Outros ativos intangíveis	50 000.00			50 000.00	10 416.67
Activos intangíveis em curso	95 000.00			95 000.00	95 000.00
	1 279 986.15		59 874.77	1 339 860.92	174 291.62
Depreciações acumuladas					
Projectos de desenvolvimento	995 934.75			995 934.75	
Software	108 694.38	21 356.84		130 051.22	
Outros ativos intangíveis	34 583.33	5 000.00		39 583.33	
Activos intangíveis em curso					
	1 139 212.46	26 356.84		1 165 569.30	

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Saldo em 01-jan-25	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-dez-25	Valor Líquido
Custo:					
Projectos de desenvolvimento	995 934.75			995 934.75	
Software	198 926.17			198 926.17	37 594.76
Outros ativos intangíveis	50 000.00			50 000.00	5 416.67
Activos intangíveis em curso	95 000.00		- 95 000.00		
	1 339 860.92		- 95 000.00	1 244 860.92	43 011.43
Depreciações acumuladas					
Projectos de desenvolvimento	995 934.75			995 934.75	
Software	130 051.22	31 280.19		161 331.41	
Outros ativos intangíveis	39 583.33	5 000.00		44 583.33	
Activos intangíveis em curso					
	1 165 569.30	36 280.19		1 201 849.49	

O valor que consta na rubrica "outros ativos intangíveis" refere-se à aquisição do Ecoparque do Nordeste.

9. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica teve origem nas entregas mensais efetuadas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), relativas aos contratos celebrados a partir de outubro de 2013. As referidas entregas foram reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em resultados. Para efeitos de mensuração, foi considerado como referencial prático o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do Fundo.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 115/2024, de 15 de dezembro, e com efeitos a partir de maio de 2025, cessaram as obrigações de registo de novos empregadores e de novos contratos de trabalho, bem como a obrigação de atualização dos contratos

existentes e de realização de novas entregas para o Fundo. Mantém-se a sua finalidade, sendo adicionalmente prevista a possibilidade de financiamento de ações de qualificação e formação certificada dos trabalhadores, apoio a custos e investimentos com habitação dos trabalhadores, bem como a promoção de investimentos de interesse comum para o empregador e os trabalhadores, designadamente refeitórios e creches.

A MUSAMI procedeu à solicitação do saldo integral disponível, através das duas mobilizações permitidas. A primeira mobilização ocorreu em 2024, no montante de 11 364.16€, e a segunda em 2025, no montante de 22 076.45 €, encontrando-se a conta totalmente saldada em 31 de dezembro de 2025.

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho			21 696.67	
			21 696.67	
Perdas por imparidade acumuladas				
			21 696.67	

10. Inventários

A conta de inventários apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52 096.16	68 322.35
	52 096.16	68 322.35
Perdas por imparidades de inventários		
	52 096.16	68 322.35

O valor registado refere-se ao stock de arame e cinta de poliéster utilizados na produção de fardos de resíduos de embalagem, bem como ao stock de filme plástico utilizado nos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE's) e de sacas de 7L e 40L, destinadas ao acondicionamento do composto. Inclui ainda o filme utilizado para fardos de resíduos indiferenciados.

11. Clientes

A conta de clientes apresentava os seguintes saldos em 31 de dezembro do ano de 2025 e de 2024:

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		1 912 062.14		873 459.34
Clientes de cobrança duvidosa		23 813.41		22 187.48
		1 935 875.55		895 646.82
Perdas por imparidade acumuladas		- 21 780.72		- 20 019.82
		1 914 094.83		875 627.00

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	1 912 062.14		872 832.94	626.40
Clientes de cobrança duvidosa	23 813.41		22 187.48	
	1 935 875.55		895 020.42	626.40

A conta de clientes apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de dezembro do ano de 2025:

Rubricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	1 654 922.07	7 043.38	46.12	250 050.57	1 912 062.14
Clientes de cobrança duvidosa	255.77	3.99	3.25	23 550.40	23 813.41
	1 655 177.84	7 047.37	49.37	273 600.97	1 935 875.55

12. Estado e Outros Entes Públicos

A **MUSAMI** está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), sendo aplicada uma taxa de 11.20% sobre a matéria coletável até 50 000.00 € e de 14.00% sobre o remanescente.

No apuramento da matéria coletável, são ajustados ao resultado contabilístico os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente, de acordo com a legislação em vigor. As diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Além do IRC, incide sobre o lucro tributável a derrama municipal, cuja taxa pode variar até 1.50%, sendo aplicada em função da repartição da massa salarial entre os diferentes municípios. Também se aplica a tributação autónoma sobre determinados encargos, conforme as taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC, e a derrama estadual, sempre que o lucro tributável ultrapasse o limite estabelecido no artigo 87.º-A do referido Código.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções derivadas de revisões ou inspeções fiscais às declarações de impostos apresentadas não terão um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis sem limite temporal, podendo ser deduzidos a lucros tributáveis gerados em períodos fiscais subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Ativo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	804.81	220 763.89
Outros impostos e taxas		
	804.81	220 763.89
Passivo		
Imposto s/rend. das pess. colectivas (IRC)	204 918.16	106 469.27
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 178.72	
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	31 522.71	26 121.39
Segurança Social	99 433.87	74 189.78
Outros impostos e taxas	43 236.91	51 032.99
	402 290.37	257 813.43

O valor em “outros impostos e taxas” refere-se a taxas de gestão de resíduos e de regulação de resíduos, as quais são cobradas aos clientes e entregues a entidades reguladoras (DRA e ERSARA).

Nos exercícios de 2025 e 2024, apurou-se imposto a pagar (IRC) no valor de 204 918.16€ e 106 469.27€, respetivamente.

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente	337 986.08	146 054.27
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	337 986.08	146 054.27

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Imposto corrente		
Coleta	302 647.53	136 308.04
Tributações Autónomas	943.88	1 064.38
Derrama Municipal	20 287.54	8 681.85
Derrama Estadual	14 107.13	
	337 986.08	146 054.27

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Resultado antes de imposto	497 227.16	446 309.52
Taxa nominal de imposto	14.00%	14.70%
Imposto esperado (coleta)	302 647.53	136 308.04
Ajustamentos ao Lucro Tributável	1 674 540.92	491 875.33
A acrescentar	1 840 384.90	670 281.09
A deduzir	- 165 843.98	- 178 405.76
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal	2 171 768.08	938 184.85
Dedução de benefícios fiscais		
Dedução de prejuízos fiscais		- 1 395.47
Outros Tributos Aut. Locais		
Matéria coletável	2 171 768.08	936 789.38
Tributações autónomas	943.88	1 064.38
Derrama municipal	20 287.54	8 681.85
Derrama estadual	14 107.13	
Imposto diferido prejuízos fiscais		
Imposto sobre o rendimento	337 986.08	146 054.27
Taxa efetiva de imposto	67.97%	32.72%

No exercício de 2024, a **MUSAMI** procedeu à dedução do prejuízo fiscal remanescente de 2022. Nos anos de 2025 e 2024, a empresa beneficiou ainda de uma redução de imposto no valor de 9 643.20€ e 10 125.36€, respetivamente, em virtude da aplicação da Remuneração Convencional do Capital Social aos aumentos de capital social ocorridos em 2020 e 2021. No que se refere ao Incentivo à Capitalização das Empresas, a redução de imposto para os exercícios de 2025 e 2024 foi de 10 739.93€ e 11 986.44€, respetivamente.

13. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a composição da tabela seguinte:

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acréscimos de rendimentos		1 358 818.07		947 673.38
Fornecedores correntes		1 342.83		434.07
Pessoal		2 374.40		3 268.31
Fornecedores de investimento				24 393.60
Outros devedores		6 795 440.10		152 460.00
		8 157 975.40		1 128 229.36
Perdas por imparidade acumuladas				
		8 157 975.40		1 128 229.36

O valor registado em “acréscimos de rendimentos” resulta, em grande parte, dos acréscimos da faturação do mês de dezembro de cada ano, cuja emissão ocorre no início do ano seguinte.

A rubrica “outros devedores”, em 2025, refere-se essencialmente ao valor do subsídio ao investimento relativo à 2.ª fase do projeto Ecoparque da ilha de São Miguel, candidatado ao PO Açores 2030, que se encontra por receber, no montante de 6 792 857.68€. No exercício anterior, esta rubrica estava relacionada com despesas efetuadas pela empresa a serem debitadas a terceiros.

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Diferimentos” apresentava a composição:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	27 599.66	10 369.97
Outros gastos a reconhecer	198.99	134.45
	27 798.65	10 504.42

15. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Caixa		
Depósitos à ordem	5 926 336.63	2 631 600.67
Outros depósitos bancários	6 139 911.63	-2 450 591.38
	12 066 248.26	181 009.29

A rubrica “outros depósitos bancários” inclui os depósitos caucionados de retenções de empreitadas e um descoberto bancário até 3 000 000.00€, pago em setembro de 2025, com taxa de juro média anual de 3.54%.

16. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Acionistas	% Cap. Subsc.	Cap. Soc. Subsc.	Cap. Soc. Realizado	% Cap. Soc. Realiz.	Cap.Soc. por Realizar
Assoc. Municípios Ilha de São Miguel	100.00%	8 800 000.00	8 800 000.00	100.00%	

17. Reservas

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Reservas” apresentava a seguinte variação:

Rubricas	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Outras Reservas
Saldo inicial	187 524.92		
Aumentos	28 391.08		
Diminuições			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	215 916.00		
Aumentos	126 454.00		57 801.25
Diminuições			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	342 370.00		57 801.25

O aumento registado no ano de 2025 resultou da aplicação de resultados do exercício de 2024, conforme Assembleia Geral de 29 de abril de 2025.

18. Resultados Transitados

A rubrica de “Resultados Transitados” apresenta a seguinte evolução:

Rubricas	
Saldo a 01-jan-2024	1 397 284.67
Alterações no período	
3. Aplicação de resultados 2023	39 411.87
Saldo em 31-dez-24	1 436 696.54
Alterações no período	
3. Aplicação de resultados 2024	
Saldo em 31-dez-25	1 436 696.54

19. Ajustamentos/outras variações no Capital Próprio

A rubrica de “Ajustamentos/outras variações no Capital Próprio” apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	Subsidio ao investimento	Ajustamentos em Subsidios ao Invest.	Impostos diferidos sobre Subsidios ao Invest.	Valor liquido
Saldo inicial	35 935 376.73	-5 243 146.44	- 39 353.94	30 652 876.35
Aumentos	7 948 783.71	-1 166 013.92	- 2 457.30	6 780 312.49
Transferência	-1 637 528.80	240 716.70		-1 396 812.10
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42 246 631.64	-6 168 443.66	- 41 811.24	36 036 376.74
Aumentos	22 018 376.55	-3 097 301.09		18 921 075.46
Transferência	-2 583 124.60	1 099 883.43	3 982.02	-1 479 259.15
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61 681 883.59	-8 165 861.32	- 37 829.22	53 478 193.05

No âmbito do projeto POSEUR, foi aprovado um contrato que previu investimentos até 93 617 479,46€, com um montante máximo elegível de 75 361 574,30€ e um incentivo não reembolsável de até 65 990 036,85€ na 1.ª reprogramação. Em julho de 2025, com a 2.ª reprogramação, o montante máximo elegível foi ajustado para 65 186 305,80€ e o incentivo não reembolsável, para 55 408 359,93€. O término da 1.ª fase do projeto ocorreu em 31 de dezembro de 2024, com um total de investimento submetido de 60 345 280,51€ e um montante elegível de 51 575 149,84€. O incentivo não reembolsável apurado, após validação do POSEUR, é de 47 392 067,01€. Importa destacar que apenas foi possível submeter despesas da 1.ª fase até 31 de dezembro de 2023.

Em 2025, o valor registado em “aumentos” deste subsídio ao investimento corresponde à parcela não reembolsável, reconhecida na medida dos investimentos realizados no exercício, no total de 1 018 376,55€. Foram igualmente reconhecidos 1 937 021,02€ em rendimentos do exercício, na conta de “imputação de subsídios ao investimento”, referentes ao investimento concluído, de acordo com as depreciações praticadas no exercício.

A empresa registou variações patrimoniais positivas com a obtenção de subsídio não reembolsável para dois terrenos urbanos e um rústico, uma vez que não estão a ser praticadas depreciações sobre os referidos ativos. Como resultado, foi contabilizado um passivo por impostos diferidos no valor de 37 829,22€, correspondente à taxa de 13.30% de IRC sobre o montante do subsídio reconhecido dos terrenos (taxa em vigor em 2026).

No que diz respeito à 2.ª fase do projeto, foi aprovada a candidatura ao PO Açores 2030, abrangendo a parcela de investimentos não considerada na 1.a fase. O contrato, aprovado em 2025, contempla um custo total aprovado de 45 818 683,80€, com uma parcela elegível de 24 705 882,32€ e um incentivo não reembolsável de 21 000 000,00€.

Em 2025, foram reconhecidos rendimentos de 645 478,02€, na conta “Imputação de Subsídios ao Investimento”, relativos ao investimento concluído, conforme as depreciações aplicadas no ano.

O ajustamento por conta do imposto sobre os subsídios ao investimento encontra-se refletido na conta de “outros créditos a pagar”, à taxa de IRC de 13.30%. Em 2025 e 2024, o saldo desta conta é de 8 165 861,32€ e 6 168 443,66€, respetivamente.

20. Provisões

No exercício de 2025, a provisão para a célula I do Ecoparque II foi reforçada em 292 000,00€, prevendo-se a sua execução até 2028, com um custo total estimado de 2 800 000,00€. A provisão relativa à célula II e à união das células do Ecoparque II foi igualmente reforçada, no valor de 1 236 000,00€, com a previsão de execução até ao final de 2028 e um custo total estimado de 2 400 000,00€.

Atualmente, a capacidade de encaixe destas células encontra-se cerca de 89% utilizada, pelo que as provisões foram ajustadas em conformidade com o progresso da execução.

Provisões	31-dez-25	31-dez-24
Saldo a 1 de Janeiro	3 100 000.00	2 500 000.00
Aumento	1 528 000.00	600 000.00
Reversão		
Regularizações		
Saldo a 31 de Dezembro	4 628 000.00	3 100 000.00

21. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários M/L.prazo	25 263 069.00		25 263 069.00	
Outros empréstimos		10 000 000.00		3 000 000.00
	25 263 069.00	10 000 000.00	25 263 069.00	3 000 000.00

Foi contraído financiamento pelo prazo de 144 meses, no montante de 11 000 000,00€ junto do Novo Banco dos Açores (45.45%) e Novo Banco (54.54%), para fazer face à parcela do projeto “Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Ilha de São Miguel” não coberta pelo Fundo comunitário POSEUR. Existe um período de carência de capital remanescente de 1 ano, pelo que a amortização tem início em 2027, no valor de 285 185,19€ trimestrais. No exercício de 2025, a taxa de juro média anual foi de 3.99%.

Com a mesma finalidade, obteve-se um financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020, através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., pelo prazo de 180 meses, no montante de 14 263 069,00€. A taxa de juro média anual deste financiamento foi de 2.61%. O mesmo inclui um período de carência de capital de 3 anos, com a amortização a iniciar-se em 2028, através de prestações semestrais.

Relativamente ao financiamento de curto prazo no montante de 3 000 000.00€, o mesmo foi liquidado em setembro de 2025, com uma taxa de juro média anual de 3.27%.

Por fim, foi realizado um financiamento de curto prazo no montante de 10 000 000.00 €, com taxa de juro média anual de 2.65%, que será liquidado em outubro de 2026.

Prazos de reembolso	31-dez-25	31-dez-24
Menos de um ano	10 000 000.00	3 000 000.00
1 ano	1 140 740.76	
2 anos	2 200 606.30	1 140 740.76
3 anos	2 222 439.53	1 633 180.57
4 anos	2 244 722.53	2 149 313.01
Mais de 5 anos	17 454 559.88	20 339 834.66
	35 263 069.00	28 263 069.00

Os valores foram ajustados em conformidade com os mapas de serviço da dívida atualizados.

22. Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “passivos por impostos diferidos” apresentava a seguinte composição:

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubricas	Saldo em 01-jan-24	Constituição		Reversão		Saldo em 31-dez-24
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	39 353.94		2 457.30			41 811.24
	39 353.94		2 457.30			41 811.24

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Saldo em 01-jan-25	Constituição		Reversão		Saldo em 31-dez-25
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	41 811.24			- 3 982.02		37 829.22
	41 811.24			- 3 982.02		37 829.22

O valor inscrito em passivos por impostos diferidos respeita à diferença temporal entre o recebimento de subsídio ao investimento, relativo a dois terrenos urbanos sitos na freguesia do Rosto do Cão e um terreno rústico sito na freguesia do Pico da Pedra, e o momento da sua tributação em sede de IRC, na medida em que não estão a ser praticadas depreciações sobre os referidos ativos. O valor de 37 829.22€ correspondente à taxa de 13.30% de IRC sobre o montante do subsídio reconhecido dos terrenos, após correção financeira do POSEUR.

23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento		1 620 346.25		5 450 049.46
Pessoal		124.68		288.00
Outras dívidas a pagar	8 165 861.32	2 925 819.18	6 198 443.66	3 638 776.13
Férias e Subs. Férias		561 195.60		411 903.89
Encargos com Férias e Sub. Férias		133 283.98		97 827.18
Outros acréscimos de gastos		610 525.30		527 052.92
Cauções		1 168 564.86		1 063 097.38
Accionistas/sócios		367 772.73		440 500.00
Outros devedores e credores		84 476.71	30 000.00	1 098 394.76
Ajustamentos em Subsídios ao Investimento	8 165 861.32		6 168 443.66	
	8 165 861.32	4 546 290.11	6 198 443.66	9 089 113.59

A rubrica “Outros devedores e credores” inclui nos anos de 2025 e de 2024 valores em dívida à AMISM, a qual foi acordada em escritura de compra celebrado 26 de janeiro de 2017 que o pagamento seria em 10 prestações anuais de 30 000.00€, vencendo-se a última em 31 de agosto de 2026.

24. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Fornecedores conta corrente	1 080 267.17	902 465.39
Fornecedores outros		
	1 080 267.17	902 465.39

Rubricas	31-dez-25		31-dez-24	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 080 267.17		898 753.39	3 712.00
Fornecedores outros				
	1 080 267.17		898 753.39	3 712.00

A conta de fornecedores apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de dezembro do ano de 2025:

Rubricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	566 500.94	480 067.39	2 588.33	31 110.51	1 080 267.17
Fornecedores outros					
	566 500.94	480 067.39	2 588.33	31 110.51	1 080 267.17

25. Vendas e Serviços prestados

As vendas e serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram como segue:

Rubricas	31-dez-25			31-dez-24		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas						
Mercadorias (composto, paletes)	194 516.75		194 516.75	155 134.36		155 134.36
Subprodutos (biogás)	290 235.49		290 235.49	142 987.81		142 987.81
Prestação de serviços						
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	6 157 505.76		6 157 505.76	4 079 327.89		4 079 327.89
Recolha de Resíduos	2 944 192.30		2 944 192.30	2 466 411.29		2 466 411.29
Gestão de Resíduos Valorizáveis	6 141 029.44	261.00	6 141 290.44	3 634 678.76		3 634 678.76
Serviços administrativos	6 480.00		6 480.00	6 480.00		6 480.00
	15 733 959.74	261.00	15 734 220.74	10 485 020.11		10 485 020.11

Foram prestados serviços de acondicionamento de paletes a uma empresa espanhola, no valor total de 261.00€, no ano 2025.

26. Variação da Produção

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25			31-dez-24		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de Janeiro						
Regularizações						
Variação da produção		78 502.92	78 502.92	40 419.21		40 419.21
Saldo em 31 de Dezembro		78 502.92	78 502.92	40 419.21		40 419.21

A “variação da produção” respeita ao consumo interno da eletricidade produzida através do sistema de biogás, na unidade de osmose inversa, mas também a doações de substrato orgânico.

27. Custo das Mercadorias Vendidas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25			31-dez-24		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo em 1 de Janeiro	68 322.35		68 322.35	14 986.29		14 986.29
Regularizações						
Compras	34 329.25		34 329.25	67 877.90		67 877.90
Custo de vendas	50 555.44		50 555.44	14 541.84		14 541.84
Saldo em 31 de Dezembro	52 096.16		52 096.16	68 322.35		68 322.35

O “custo de vendas” corresponde ao consumo de arame e cinta de poliéster utilizados na produção de fardos resultantes do processo de triagem, bem como ao consumo de filme plástico para REEE’s e de sacas para compostos de 7L e 40L. Inclui ainda o filme utilizado para fardos de resíduos indiferenciados.

28. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram como segue:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Subcontratos	3 721 091.21	3 309 948.84
Serviços especializados	900 812.60	618 357.13
Trabalhos especializados	361 728.74	239 861.41
Publicidade e propaganda	43 554.66	49 073.69
Vigilância e segurança	5 636.39	13 976.94
Honorários		591.72
Conservação e reparação	485 521.57	311 978.60
Serviços bancários	4 371.24	2 874.77
Materiais	67 983.23	70 259.09
Energia e fluidos	740 599.35	400 931.05
Deslocações, estadas e transportes	107 071.91	93 054.16
Serviços diversos	389 094.79	310 786.79
Rendas e Alugueres	102 319.54	96 980.15
Comunicação	16 608.52	14 403.03
Seguros	119 731.88	111 418.67
Contencioso e notariado	1 900.00	1 293.30
Despesas de representação	1 156.71	641.90
Limpeza Higiene e conforto	127 867.54	83 345.57
Outros Serviços	19 510.57	2 704.17
	5 926 653.06	4 803 337.06

O valor dos subcontratos está associado aos serviços contratados na área de seleção, tratamento e recolha de resíduos e águas lixiviantes.

Os honorários do Fiscal Único, no exercício de 2025, foram de 12 384.00€.

29. Gastos com o pessoal

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Remunerações dos órgãos sociais	2 506.06	1 993.45
Remunerações do pessoal	4 036 327.78	2 974 794.46
Encargos sobre remunerações	900 838.22	660 695.21
Seguros	65 207.33	16 749.31
Gastos de acção social	4 826.00	4 604.04
Outros gastos com pessoal	176 306.98	70 495.44
	5 186 012.37	3 729 331.91

Em 31 de dezembro de 2025, existiam 189 trabalhadores. Face a 31 de dezembro de 2024, registou-se um aumento de 34 trabalhadores. O número médio de trabalhadores no exercício de 2025 foi de 180.

30. Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram as seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-25	31-dez-24
Saldo a 1 de Janeiro	20 019.82	19 360.92
Aumento	1 881.03	1 073.46
Reversão	- 120.13	- 187.47
Regularizações		- 227.09
	21 780.72	20 019.82

O valor registado na demonstração de resultados dos anos de 2025 e 2024 resulta dos aumentos resultantes da constituição e reforço de imparidades de dívidas de clientes de cobrança duvidosa, deduzido de reversões por recebimento e regularizações por emissão de Nota de Crédito.

31. Aumentos/reduções de justo valor

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, registaram-se os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25			31-dez-24		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em investimentos financeiros	379.78		379.78	1 295.48		1 295.48
	379.78		379.78	1 295.48		1 295.48

O ganho por aumento de justo valor registado em 2025 respeita à valorização da conta corrente da empresa no Fundo de Compensação do Trabalho.

32. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, registaram-se os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Rendimentos suplementares		12.00
Imputação de subsídios para investimento	2 583 124.60	1 637 528.80
Rend. e ganhos nos restantes activos fin.		25.16
Rend. e ganhos em inv. não financeiros	23 612.67	629.85
Juros de depósitos	20 416.66	
Outros rendimentos e ganhos	311 125.34	55 475.87
	2 938 279.27	1 693 671.68

A rubrica “imputação de subsídios para investimento” resulta do reconhecimento em rendimentos do valor das depreciações praticadas no exercício, consoante a taxa de apoio sobre os bens elegíveis. A rubrica “outros rendimentos e ganhos” está essencialmente relacionada com redébitos de despesas faturadas a terceiros, no valor de 307 163.79€.

33. Outros gastos

Os outros gastos e perdas apresentavam, no exercício findo de 2025 e de 2024, os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Impostos	30 252.32	14 736.57
Descontos de pronto pagamento concedidos	4.92	
Correcções relativas a períodos anteriores	4 992.85	4 453.77
Donativos	33 975.93	7 368.77
Quotizações	11 620.60	11 051.32
Coimas, custas e juros de mora	6.66	33 595.76
Outros gastos e perdas	25.20	71.63
	80 878.48	71 277.82

34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25			31-dez-24		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	4 165 097.94		4 165 097.94	1 744 916.45		1 744 916.45
Ativos intangíveis	36 280.19		36 280.19	26 356.84		26 356.84
	4 201 378.13		4 201 378.13	1 771 273.29		1 771 273.29

35. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-dez-25	31-dez-24
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 096 675.19	710 211.56
Outros gastos e perdas de financiamento	182 241.98	73 237.49
	1 278 917.17	783 449.05
Resultados de Financiamento	-1 278 917.17	- 783 449.05

Os juros obtidos em 2025 estão relacionados com os depósitos a prazos realizados no decorrer do ano, refletidos no ponto 6 deste anexo. Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos bancários referidos no ponto 21 deste anexo. A rubrica “outros gastos e perdas de financiamento” incorpora as comissões e imposto do selo diretamente atribuíveis aos mesmos.

36. Proposta para a aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 159 241.08€ (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e um euros e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal – 119 404.00€;
- Reservas livres – 39 837.08€.

37. Outras informações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, existiam os seguintes litígios judiciais pendentes em que a **MUSAMI** figurava como Ré:

a) Processo no 87/09.0BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Marco Paulo Castanheira de Oliveira (e outros)

Objeto: Pretende a condenação da **MUSAMI** por responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas.

Valor: 1 125 000.00€

Estado Atual: julgamento em curso

b) 150/22.2 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: ZERO Associação Sistema Terrestre Sustentável (“Autora”)

Objeto: A impugnação de atos administrativos. A Autora pede a declaração de nulidade da declaração de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução e da licença ambiental LA n o 3/2022/DRAAC relativa à incineração de resíduos e deposição de resíduos em aterro do ecoparque da Ilha de S. Miguel.

Valor: 30 000.01€

Estado Atual: O processo aguarda os seus ulteriores desenvolvimentos.

c) 107/24.9 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Tecnovia Ambiente, Lda., FCC Medio Ambiente, S.A. e FCC Environment Portugal, S.A. (“Autoras”)

Objeto: As Autoras vêm instaurar uma ação contra a **MUSAMI**, na qual pedem ao Tribunal que a empresa seja condenada, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos indiferenciados no Município de Ponta Delgada, ao pagamento de indemnização.

Valor: 667 259.49€

A Administração tem fundada expectativa de que a ação será reduzida ao valor considerado no passivo (rubrica de “outras dívidas a pagar” – acréscimos de gastos), no valor de 251 031.14€.

No processo subsequente, a **MUSAMI** figura como demandante, tendo o pedido de indemnização civil sido totalmente procedente. Contudo, encontra-se em fase de recurso à data da aprovação das contas.

d) 189/25.6 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Tecnovia Ambiente, Lda., FCC Meio Ambiente, S.A. e FCC Environment Portugal, S.A. (“Autoras”)

Objeto: As Autoras vêm instaurar uma (nova) ação contra a **MUSAMI**, na qual pedem ao Tribunal que a **MUSAMI** seja condenada, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos indiferenciados no Município de Ponta Delgada, ao pagamento de indemnização, relativa ao ano de 2024.

Valor: 266 356.81€

Estado Atual: Encontra-se a correr o prazo para a **MUSAMI** apresentar a sua contestação.

e) 701/23.5 JAPDL

Tribunal: Juízo Local Criminal da Ribeira Grande

Autor: Ministério Público

Arguida/demandada: Ana Sandrina Rosado Fontes

Demandante: MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM, S.A.

Objeto: A MUSAMI submeteu um pedido de indemnização cível contra a arguida, peticionando a sua condenação no pagamento da quantia total de 25 542.44 € a título de danos patrimoniais que sofreu com a prática do presente ilícito criminal.

Valor: 25 542.44€

Estado Atual: O Tribunal julgou integralmente procedente, por provado, o pedido cível, condenando a demandada a pagar a quantia em causa. Desconheceu-se o seu paradeiro. De momento, aguarda-se decisão do Tribunal sobre requerimento apresentado.

Figuravam, ainda, as seguintes garantias bancárias:

a) Garantia bancária 9015/007735/993

Instituição financeira: Caixa Geral de Depósitos

Valor: 13 042.07 €

Data de início: 01/04/2013

Data de fim: 01/04/2026 (Renovação automática)

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

b) Garantia bancária N00501746

Instituição financeira: Novo Banco dos Açores

Valor: 87 936.71 €

Data de início: 17/11/2016

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

c) Garantia bancária 125-02-2068414

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 25 000.00€

Data de início: 18/07/2017

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

d) Garantia bancária 125-02-2301340

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 103 125.00 €

Data de início: 29/03/2022

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

e) Garantia bancária 125-02-2437392

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 101 635.19 €

Data de início: 17/04/2025

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: EDA – Eletricidade dos Açores, SA

f) Garantia bancária 125-02-2451561

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 198 000.00 €

Data de início: 08/08/2025

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

38. Perspetivas futuras

Em 2026, prevê-se a estabilização dos procedimentos e otimizações, após o arranque em pleno da Central de Valorização Energética da Ilha de São Miguel, resultando em uma expressiva redução do recurso a aterro.

10

Certificação Legal das Contas



Relatório e Parecer do Fiscal Único

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Relatório e Parecer sobre a fiscalização das contas da sociedade MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. No desempenho das nossas funções, acompanhamos durante o exercício com a regularidade e extensão consideradas convenientes, as atividades da Empresa, e procedemos, por amostragem e com a profundidade necessária à verificação e análise dos registos contabilísticos e documentos de suporte e de valores patrimoniais, tendo sempre obtido da Administração e dos Serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos que lhe solicitamos.
3. O Relatório da Administração e as Contas explanam com suficiência e clareza a evolução das atividades da Empresa no exercício em apreço, pelo que consideramos que os mesmos satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a sua situação financeira, pelo que emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, cujo texto faz parte integrante deste relatório.
4. Foram cumpridas as formalidades legais e dos estatutos da sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.
5. Neste sentido somos de PARECER que os Senhores Acionistas:
 - a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
 - b) Aproveem a Proposta de aplicação dos resultados obtidos, contida no Relatório do Gestão;
 - c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do Art. 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 25 de março de 2026

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52,
registada na CMVM com o n.º 20161395
representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859, registado na CMVM com o n.º 20160482

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Faz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Certificação Legal das Contas

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 118.397.909 euros e um total de capital próprio de 64.274.302 euros, incluindo um resultado líquido de 159.241 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Foi reforçada a provisão no valor de 1.528.000 Euros para fazer face aos gastos estimados, por técnicos especializados, para a selagem da célula 2 do Ecoparque II e União das Células, que tem o valor total estimado de 5.200.000 Euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 841 • Fax 226 101 838 • Email: geral@muncunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 757 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Certificação Legal das Contas (cont.)

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devida a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Tel: 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: gora@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Mourais, 45 • 9500-777 PONTA DELGADA • Tel: 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161595 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 587

Certificação Legal das Contas (cont.)

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de março de 2026

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52,
registada na CMVM com o n.º 20161395

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859, registado na CMVM com o n.º 20160482



MUSAMI

Geramos valor para a natureza